INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

CAMPUS PLANALTINA

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

CAMILA PÂMALA DE OLIVEIRA VECCHIONE XISTO

PROCESSOS DE AUTONOMIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ÂMBITO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM NO DF: ESTUDOS DE CASOS DAS VIVÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO CURSO DE TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA DO IFB

Planaltina-DF

2015

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

CAMPUS PLANALTINA

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

PROCESSOS DE AUTONOMIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ÂMBITO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM NO DF: ESTUDOS DE CASOS DAS VIVÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO CURSO DE TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA DO IFB

CAMILA PÂMALA DE OLIVEIRA VECCHIONE XISTO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, *Campus* Planaltina como parte das exigências para obtenção do grau de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: Prof.º Dr. Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva

Planaltina/DF

2015

CAMILA PÂMALA DE OLIVEIRA VECCHIONE XISTO

PROCESSOS DE AUTONOMIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ÂMBITO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM NO DF: ESTUDO DE CASOS DAS VIVÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO CURSO DE TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA DO IFB

Trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Brasília – *Campus* Planaltina

Orientador: Prof.º Dr. Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva

76f.

Planaltina/DF

Março/2015

Agradeço a minha mãe por me apoiar e ser tão paciente com as minhas ideias, por ser uma mãe maravilhosa, atenciosa, tão presente, compreensiva, que me inspira como mulher guerreira que és. Pela minha família de sangue, que mesmo distantes estão perto, agradeço pelo fato de me afetarem afetivamente.

Agradeço ao meu professor e orientador Vicente Virgolino pela paciência, pois troquei de tema várias vezes. Admirado por mim e por tantos outros que acreditam numa educação em agroecologia fora das grades, não reducionista, orientada pela práxis das vivências, da realidade do campo, que é a educação que esse professor tanto luta.

Agradeço aos meus amigos e amigas que compartilharam de maravilhosos momentos e empoderamentos durante o curso de agroecologia. Charlote Emanuelle Chachá minha amiga, parceira, maravilhosa, sempre com o melhor abraço, as melhores conversas sem pressas. Gabriella Bezerra Gabi Roots 12 anos de amizade e de muitas histórias boas. Juliana Oliveira Ju amiga sempre muito atenciosa. Delano ex-companheiro e colaborador de muitas vivências políticas, agroecológicas e amorosa. Déborah Paiva Irmanzeira palhaça e poeta, educadora agroecológica, que tanto amo, que me alegra a alma. Joelma Paiva conhecida como Jô Baiana cheia de dendê, alegria e disciplina, amiga que tentou me colocar no rumo da concretização das coisas.

Adriana Benvindo Dri amiga, gentileza é o seu sobrenome e é sempre bem-vinda. Dina Araujo essa é das irmãs que a gente encontra na vida e logo se identifica, sorriso largo, peito aberto, doçura de voz. Meu amigo Eldinê pelos saberes empíricos de agricultor, mateiro, lenhador, joão de barro quando constrói casa. Acácio e Augusta belo casal de amigos, de força e companheirismo, militantes, agricultores, estudantes. Jorge Lacerda pelas mesas de bares e o galo da madrugada de Recife. Agradeço a professora Vânia pelas discussões críticas do campesinato, pela problematização das aulas. Meus amigos Erika Vilachan, Léo e Laurinha pela amizade verdadeira e por me ajudar e me dar tanto apoio em momentos difíceis da minha vida.

Julien Ju pirata dos mares da Bretanha, que se aventura nas cachoeiras do cerrado, atual companheiro, pessoa linda que me encantou os olhos, o coração e a boca, agradeço pela paciência, pelo apoio, pela força que me deu para terminar este TCC. Agradeço ao Thibaud amigo que passou por aqui pelo cerrado, com sua viola, pelos momentos engraçados.

Agradeço ao Zeca pelos momentos de risos, admiro você pela dedicação no que faz. Maynara pelo lindo processo de transformação emancipadora como mulher consciente e instigadora. Minha amiga Drica guerreira, maravilhosa, assentada, empoderada e educadora do campo. Agradeço a minha família de mundo que sempre está emanando boas energias para mim Izabel Tereza, Naná, Jasmin, Pedro, João, Claúdio, Francisco, Kátia, Davi e Paulo Malheiro. Agradeço a minha Irma Dani por nunca desistir de mim, apesar da minha ausência, sempre lembro de ti. Aos meus sobrinhos e sobrinhas. A contribuição da Juliana Rochet por alguns artigos sobre soberania alimentar. A todos e todas que não listei aqui, mas que fazem parte de mim e de muitos momentos de aprendizagem e amizade. Agradeço as duas pessoas maravilhosas Anna Izabel e Paula Petracco, que compuseram minha banca e contribuiram tanto na correção deste TCC.

Caravah nossa força! Cabe os orixás que me ajudaram na concentração.

O dia a dia no campo
Do homem e da mulher
Podia ser mais bonito
Do que hoje ele é
Se todos dessem valor
Ao povo trabalhador
Que na vida luta com fé

Hoje no tempo em que estamos
Não dá pra esperar mais não:
Os alimentos saudáveis
Abrem um novo caminho
Para nossa libertação

Somos nós mulheres
Da classe trabalhadora,
Índias, brancas e negras que produzem a riqueza,
Que salvamos a semente
Do roubo da grande empresa, que fez do campo
Negócio para acabar com a gente

Alimento é saúde
Produzido sem agrotóxico,
É tudo que nós queremos
Para toda a sociedade

Nós mulheres lá da roça,
Sujeito do pé rachado,
Da pele queimada escura,
Das nossas mãos calejadas
Produzindo a comida
Pra burguesia sarada.

Fragmento do poema "No tempo em que nós vivemos ou mudamos ou morremos" Maria Lucilene - Zumbi dos Palmares/AL.

RESUMO

A questão desse trabalho parte do que a educação em agroecologia pode contribuir para a autonomia e soberania alimentar na agricultura familiar? Entendendo a agroecologia como transformadora de realidades a partir de suas metodologias participativas e pelas trocas de saberes potencializadoras do conhecimento. Tomando a realidade do campo como referência e o protagonismo dos sujeitos envolvidos na construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Pequeno William, foram avaliadas as atividades através de documentos e relatórios da construção desse projeto e dialogadas com os princípios de Educação em Agroecologia no intuito de potencializar e visibilizar as metodologias da disciplina vivência no curso de Agroecologia do IFB que proporcionam a autonomia e a soberania alimentar no âmbito da reforma agrária. Concluiu-se que as atividades realizadas foram bem avaliadas quanto à aproximação com os princípios de agroecologia, promovendo autonomia e soberania alimentar, contudo verificou-se que a disciplina vivência trabalhada com a Pedagogia de Alternância potencializa o conhecimento através da indissociabilidade da extensão, pesquisa e ensino e ainda corrobora para uma transformação de práticas agroecológicas e contribui para produção de subsistências sustentáveis potencializando a soberania alimentar e autonomia dos agricultores.

Palavras-chave: disciplina de vivência; educação em agroecologia; pedagogia da alternância.

ABSTRACT

The point of this work starts from what education in agroecology can contribute to the autonomy and food sovereignty in family farming. Understanding agroecology as a reality changer from its participatory methodologies and the exchange of knowledge-enhancing exchange. Taking the reality of the field as a reference and the role of those involved in the construction of the Settlement Development Little William Project activities were evaluated through documents and reports of construction of this project and dialogued with the principles of Education in Agroecology in order to enhance and visualize the methodologies of the discipline Experience (Vivência) in IFB's Agroecology course, that provide autonomy and food sovereignty within the framework of agrarian reform. It was concluded that the activities were well evaluated regarding the approximation with the principles of agroecology, promoting autonomy and food sovereignty, but it was found that the Experience (Vivência) discipline working with Pedagogy of Rotation enhances knowledge through the extension inseparability, research and education, and further supports for a transformation of agro-ecological practices and contributes to producing sustainable livelihoods enhancing food sovereignty and autonomy of farmers.

Word-keys: experience discipline; agroecology education; pedagogy of rotation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA- Associação Brasileira de Agroecologia

ANCA- Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

CST- Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

EMATER- Empresa Brasileira de Extensão Rural

IBGE- Índice Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

LC- Liga Camponesa

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MEC- Ministério da Educação

NAC- Núcleo de Agroecologia e Campesinato

PPC- Projeto Pedagógico do Curso de Agroecologia

PW- Pequeno William (Assentamento)

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PDA- Projeto de Desenvolvimento do Assentamento

PA- Projeto de Assentamento

RVA- Relatório de Viabilidade Ambiental

I SNEA- I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UITAB- União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12
2. OBJETIVOS
2.1. Objetivos gerais 17
2.2. Objetivos específicos 17
3. MARCO REFERENCIAL 18
I. Caracterização dos Sujeitos do Campo 18
II. Reforma Agrária 21
III. Agroecologia e a aproximação com a Educação do Campo 26
IV. Tecnologias Apropriadas (Diálogos de saberes) 31
V. Autonomia e Soberania Alimentar 33
4. METODOLOGIA 44
5. RESULTADO E DISCUSSÃO 50
6. CONCLUSÃO 58
7. REFERÊNCIAS 60
ANEXOS
1. SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS ESTUDANTES DE AGROECOLOGIA NAS VIVÊNCIAS 64
2. SISTEMATIZAÇÃO DO RELATÓRIO DOS PROFESSORES DA AGROECOLOGIA DO IFB DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PDA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM 72

1. INTRODUÇÃO

A questão desse trabalho, parte da pergunta do que a Educação em Agroecologia pode contribuir para a autonomia e soberania alimentar na Agricultura Familiar?

Entendendo a Agroecologia como transformadora da realidade do campo e promotora da reorganização dos agroecossistemas, das Políticas Públicas e da Educação.

Como potencializadora dos recursos internos de cada comunidade do campo, para geração de Tecnologias Apropriadas, produção criativa, redução dos recursos externos, aprimoramento dos conhecimentos empíricos, contribuindo assim para a autonomia dos sujeitos do campo e no alcance da soberania alimentar, produtiva e reprodutiva.

Promovedora da Educação do Campo uma educação que garante aos trabalhadores do campo o direito a educação *do* campo e *no* campo, que é construída por eles mesmos, a partir de suas realidades territoriais, culturais. Essa educação propõe uma consciência de mudança em seu bojo, que é construída por movimentos sociais e tem como princípio o sujeito do campo como protagonista da educação, construída a partir de suas realidades, de sua cultura, de seu trabalho com a terra, com o seu território. A Educação do Campo se propõe a autonomia dos sujeitos em relação à práxis (teoria prática), aprendendo fazendo.

A Agroecologia assim como a Educação do Campo trabalha com metodologias participativas, necessárias para a compreensão de cada realidade do campo, gerando conhecimentos locais e ações coletivas. Superando a ideia reprodutivista da necessidade da compra de pacotes tecnológicos para se produzir. Propõe também ações coletivas provedoras de alternativas para comercialização, como vendas diretas do agricultor, em feiras, contribuindo para o consumo local, valorizando a cultura local e as relações humanas.

Portanto, a Agroecologia entende-se necessária no campo da Educação também, pois é na educação participativa, quebrando paradigmas da educação cartesiana, dentro das instituições de ensino, que se desenvolvem formas e metodologias dialógicas com a sociedade. Através de uma educação interdisciplinar, onde é indissociável a relação extensão, pesquisa e ensino, nesta ordem, pois, é na extensão dialogando com a realidade do campo, junto com os sujeitos do campo, que se percebe a necessidade de pesquisas através das

demandas dos sujeitos, contribuindo para um ensino-aprendizagem em conjunto e colaborativo, entre estudantes e agricultores.

Das alternativas metodológicas relacionadas com uma Educação participativa e autônoma em Agroecologia, é proposto a Pedagogia da Alternância que é uma organização de tempos e espaços de um curso, constituído pelos tempos comunidade e escola. No que se propõe uma relação entre diferentes saberes tais como: saberes empíricos e saberes científicos, uma relação dialógica de teoria e prática, aprendendo fazendo. Dentre as categorias existentes a que mais dialoga com a Educação em Agroecologia é a categoria da pedagogia integrativa entre os tempos e os espaços, ou seja, o conhecimento da comunidade é levado à escola, refletido, discutido e retorna para a comunidade para reflexão e a prática desse diálogo escola e comunidade. Essa pedagogia possui uma relação sincrônica entre educação e trabalho no campo, integração com a comunida, com o meio e com a escola, ajudando no aprofundamento dos fatos.

A atuação da Agroecologia é complexa e ampla, podendo atuar nas diretrizes e princípio de Organizações Sociais, Governamentais, Econômicas e no âmbito das Políticas Públicas atuadas com base nos princípios da Agroecologia, transformando e promovendo uma sociedade mais justa economicamente, mais participativa, empoderadora e com consciência ecológica.

Atua também na reconstrução da extensão rural reducionista para uma extensão rural comunicativa, dialógica com a realidade, fazendo ações em conjunto com os sujeitos do campo, promovendo as trocas de saberes tradicionais e científicos. Fortalecendo assim, o empoderamento e autonomia da Agricultura Familiar.

A Agricultura Familiar ainda carece de análises qualificadas no que se refere a modelos de produção, desenvolvimento tecnológico e reprodução da vida (que é a reprodução da cultura do sujeito do campo, reprodução dos conhecimentos empíricos, reprodução do modo de vida a partir da realidade dos agricultores, reprodução do trabalho tradicional com a terra).

A autonomia e soberania alimentar é a garantia de vida, de acesso e produção de alimentos dos sujeitos do campo, sejam os camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos,

indígenas, quilombolas, entre outros. Grisa (2007) *apud* Guadagnin *et al* (2010, p.2) destaca bem: "(...) a produção para autoconsumo é a forma de internalizar recursos e estimular a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado (...)".

Com isso, essa pesquisa discute os processos da autonomia e soberania no âmbito da Agricultura Familiar no contexto da Reforma Agrária, enfocando a realidade dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária do Assentamento Pequeno William, que se deram a partir de vivências e trocas de saberes entre estes e os estudantes do Curso de Agroecologia do IFB *campus* Planaltina.

A escolha desses sujeitos do campo foi devido à sua identidade com os movimentos sociais do campo, com a terra e com práticas tradicionais de agricultura. Segundo IBGE (2009), a agricultura familiar detém cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e das brasileiras; não obstante, nota-se o equívoco censitário dessa instituição de pesquisa, ao afirmar que a população brasileira de 198,7 milhões de pessoas, tem apenas cerca de 29,8 milhões de pessoas no território rural, que se contrapõe a uma proporção expressiva: das 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 4.642 com menos de 20 mil habitantes, obtendo-se um dado irreal de 81,2% de urbanização no Brasil.

Esses dados quantificam a relação de território da agricultura familiar, mas esses sujeitos também possui uma relação de territorialidade muito forte com o espaço. Podendo ser entendida pelas suas diversidades e disputas territoriais. A relação geográfica de natureza do espaço do campo, dos seus biomas fauna e flora, a relação da agricultura o que aprofunda o vínculo com a terra e social na relação dos sujeitos do campo com o território e com os outros sujeitos, através da cultura popular folclórica ou local, valores e conhecimentos empíricos tradicionais, possuindo vinculo cultural com território, de produção específica a cada realidade.

Além desse quantitativo de pessoas que se reproduzem num contexto rural, essa parcela significativa demanda políticas públicas, tecnologias apropriadas e o resgate de identidades que proporcionaram durante séculos a ocupação e a sobrevivência desses sujeitos do campo. Neste contexto elegemos autonomia e soberania alimentar como tema relevante para resgate de identidade, para a permanência desses sujeitos no campo com dignidade de

viver bem, tendo acesso aos seus direitos, benefícios e opção de escolha de permanecer ou não no campo.

Esse quadro é reafirmado por Carvalho (2014, p. 37) onde mostra que a ausência de um projeto histórico para o campo facilita a reprodução da hegemonia capitalista, e é neste sentido que esses sujeitos se organizam politicamente, ao se discutir a Política de Reforma Agrária e criticam a minimização deste apenas como acesso a terra, lutando por uma reforma agrária emancipatória "como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável. Pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso a terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas" (CALDART *et al*, 2014, p. 230).

Neste contexto, esses sujeitos constroem um projeto histórico para o campo, reforçando uma formação política emancipadora, fazendo crítica e contrapondo-se ao sistema capitalista. Transformando através da organização social e da Agroecologia uma melhor forma de vida, de agricultura e de relação social.

O espaço em disputa para a construção dessa autonomia e soberania é o campo da Agricultura Familiar, construído por meio de organizações sociais do campo que reivindicam e propõe uma Reforma Agrária Popular no Brasil. Frigotto, (2014, p.130) corrobora com essa questão de disputa de espaço, onde se tenciona contra-hegemonicamente um projeto de campo superando a dominação de empresas, grupos capitalistas brasileiros e que não residem no campo.

Também por isso, Frigotto (2014) reafirma que a Reforma Agrária Popular não se define apenas como um problema dos trabalhadores do campo, mas do conjunto da classe trabalhadora brasileira, já que ao colocar a questão de qual alimento que a humanidade quer comer, isto diz respeito à classe trabalhadora universal e a outros grupos sociais que não pertencem à classe detentora do capital. Por isso, a Agroecologia tem de assumir um papel e uma postura política, que diferencie as classes do campo, para uma melhor compreensão de qual o alimento, de qual autonomia estamos dialogando e querendo para a humanidade.

Precisamos compreender educação como o desenvolvimento da formação humana nas suas várias dimensões, buscando o máximo de potencial de "indivíduo social", a compreensão

de que para chegar a este indivíduo social precisamos considerar a existência social em que cada ser humano se forma, ou seja, em um determinado meio, cultura, sociedade, natureza onde esses indivíduos se encontram.

Para melhor compreensão do que se propõe este trabalho, serão abordados temas sobre a caracterização dos sujeitos do campo, a Reforma Agrária, a relação e aproximação da Agroecologia e Educação do Campo, a promoção de Tecnologias Apropriadas a cada realidade, a Autonomia e Soberania Alimentar, alcançada através de metodologias promotoras das trocas de saberes e ações/ práxis coletivas, a partir de pressupostos da Educação em Agroecologia e através da análise documental do estudo de caso da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Pequeno William (PW).

1. OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral potencializar os processos de autonomia e soberania alimentar no âmbito do Projeto de Assentamento Pequeno William através do estudo de caso das vivências do curso de Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *campus* Planaltina (IFB).

b. Objetivos específicos

Desta forma, para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Diagnosticar e analisar as práticas pedagógicas na Educação em Agroecologia do IFB- *Campus* Planaltina;

2. Diagnosticar e analisar resgates de conhecimentos tradicionais no Assentamento da Reforma Agrária Pequeno William que promovam a Autonomia e Soberania Alimentar;

3. Propor práticas no Ensino de Agroecologia.

3. MARCO REFERENCIAL

É através do marco referencial, que se propõe discorrer referenciando os temas de caracterização dos sujeitos do campo, Reforma Agrária, da Agroecologia, da Educação do Campo e das Tecnologias Apropriadas, para uma efetiva práxis no contexto das vivências do curso de Agroecologia e potencializar processos de autonomia e soberania alimentar no campo.

I. Caracterização dos Sujeitos do Campo

Na compreensão da história do campo, da Reforma Agrária, faz-se necessário falar sobre os sujeitos que fazem essa história existir e a luta prosseguir.

São os sujeitos do campo caracterizados como camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Todos esses sujeitos dialogam por necessidades específicas a cada realidade, por uma mesma luta pela terra, pela biodiversidade, por uma subsistência familiar autônoma, pela preservação da biodiversidade de sementes crioulas, por espaço, por cultura, hábitos, valores e por concepção de mundo específica a suas vivências e necessidades.

Na disputa do campo há de se compreender que existem todos esses sujeitos do campo que são contrários às empresas capitalistas ocupadoras do solo brasileiro, cujos valores são meramente monetários e acumulativos tanto de terra, quanto de lucro. Não se importam com a condição do trabalhador do campo, submetendo-o a baixos salários e a um trabalho explorador e alienante. São essas empresas capitalistas que artificializam cada dia mais a agricultura atual (CALDART, 2014).

A concepção do que difere a unidade camponesa é em relação à articulação entre propriedade, trabalho e família, onde a gestão é feita pelos próprios camponeses, ao contrário da unidade capitalista, onde a decisão de como e quando produzir é o mercado, (WANDERLEY, 1996, p. 2-9, *apud*, SILVA, 2012, p.20).

Linhares & Silva (1981, p.118) *apud* Wanderley (1996, p.11) corroboram com a caracterização da Agricultura Familiar e Campesinato nas suas relações entre economia e autoconsumo.

> A atividade mercantil se soma o autoconsumo. É natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de qualquer coisa, assegurar o consumo alimentar da família. Como indicam Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a economia de subsistência "é a face oculta da economia e da sociedade coloniais".

A partir da caracterização e diferenciação de campesinato e agricultura familiar, entende-se sobre campesinato por Caldart (2012, p.28):

> os camponeses instauram na formação social brasileira, situações adversas, mediante resistência de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar e comunitária. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

A agricultura familiar por Caldart (2012, p.33) corresponde:

> a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor.

Wanderley (1996, p.10) discursa um pouco mais sobre esses sujeitos "complexos que construíram trajetórias diferenciadas nos diversos momentos e em diversos espaços do território brasileiro. Assim, é possível identificar os processos de "campesinização", "descampesinização" e "recampesinização" que, de certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural".

Campesinização são os colonos europeus que se instalaram no sul do país, considerados como originários do termo camponês no Brasil, a *descampenização* no nordeste devido à seca, a pobreza extrema e a saída dos sujeitos do campo e a *recampenização* em vários âmbitos do Brasil, desde os camponeses que eram considerados itinerantes, até os camponeses que sofriam com a seca e a pobreza retornarem para a terra.

Existem algumas correntes para caracterização dos sujeitos do campo e a priori o camponês, que afirma que apesar das transformações sofridas por esses sujeitos em função da modernização da agricultura não foram suficientes para lhes suprimir a identidade camponesa, ao contrário teria sido uma estratégia de reprodução desta identidade, (PAULINO, 2006, *apud* TELÓ & DAVID, 2012, p.3).

Ploeg (2008) *apud* Teló & David (2012, p.6) contribui com a caracterização do camponês, como sujeito do campo, resistente às opressivas do sistema capitalista:

> Ocorre, então, um processo dialético, no qual, na medida em que o Império cria estratégias para explorar o camponês e torná-lo mais dependente, o campesinato reage, à semelhança da lei da ação e reação, e cria estratégias de resiliência, ou seja, aprende com as situações concretas e se adapta a fim de garantir o que pode de sua autonomia e de sua dignidade.

A Agricultura Familiar surge como nova racionalidade do sujeito do campo, transformando assim o campesino em agricultor. Mas não que todo o sujeito camponês se transforma-se em agricultor, mas que alguns camponeses transformaram a resistência e a identidade cultural, em agricultura tecnológica, modernizada com a função de cumprir as relações econômica da família, passando da subsistência a produção excedente para venda.

II. Reforma Agrária

Para entender a Reforma Agrária no Brasil é preciso resgatar o contexto histórico do Brasil colonial, pois tudo começou na época da colonização. Onde o regime adotado era o de Portugal, das sesmarias, da concentração da terra. A posse terra a um agricultor e o domínio das terras aos reis.

Essas terras da colônia tinham como características: a escravidão dos negros e indígenas para mão de obra explorativa, utilização de monocultura, em sua maioria cana de açúcar, e toda a produção era para a exportação com destino a Portugal.

Nessa condição de Brasil colônia e concentração de terra, a Agricultura Familiar foi se iniciando, subordinada à grande exploração, com a produção de cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais.

A produção familiar colonial era praticada por homens livres e sem escravos, que trabalhavam numa porção de terra cedida pelo grande proprietário da sesmaria e esses agricultores livres tinham que servir os grandes proprietários com serviços de *campangagem*. Desse modo, a agricultura de subsistência sempre teve uma relação de segundo plano na questão agrária do Brasil.

A matriz agrária brasileira se apresenta diversa, como consequência desse processo histórico, com milhares de agricultores sem terra com menos de 20 hectares e uma minoria de latifundiários do agronegócio com terras que por vezes chegam a mais de 20 mil hectares, boa parte dessas terras devolutas.

Reafirmando essa questão Miralha (2006, p. 23) acrescenta que:

> Essa concentração fundiária excluiu da produção agropecuária milhares de famílias que hoje se encontram nas periferias das cidades, desempregadas, em condições sub-humanas de vida [...] Dessa maneira, ainda hoje a reforma agrária no país se faz necessária, principalmente devido a sua relevância social, para incluir milhares de famílias que estão excluídas do mercado de trabalho.

Em 1850, segundo Miralha (2006), foi feita a Lei de Terras de 1850, pela burguesia agrária, para impedir as pessoas livres de terem acesso a terras, sendo obrigada a compra da

terra para nela produzir. Para manter as terras sobre o comando dos mesmos latifundiários, já que a mão-de-obra escrava ia ser substituída por imigrantes europeus.

No período do *plantation* (grandes fazendas escravocratas de monocultivo para exportação), surgiram os primeiros movimentos camponeses como Canudos na Bahia (1894-1896), Contestados/SC (1912-1916) e Caldeirão/CE (1926-1937), exemplificam o movimento de luta pela terra.

No inicio do século XX o país começava a se industrializar e as indústrias precisavam fazer o mercado interno crescer e lucrar, para isso eram preciso consumidores. Era preciso fazer a inclusão das comunidades pobres no contexto do mercado. Com isso os agricultores livres começaram a ter uma renda através do trabalho prestado para os grandes proprietários de terras.

Neste momento o poderio das elites concentradoras de terras era conflitado com a chegada do capitalismo industrial. Stédile *apud* Miralha (2006, p.28) resumem bem esse momento:

> [...] as elites, as burguesias industriais recém-chegadas ao poder, a partir da Revolução Francesa, compreenderem a magnitude deste problema agrário, da concentração da propriedade como uma trava ao desenvolvimento mesmo do capitalismo, e trataram de buscar uma solução sensata. Propuseram a distribuição. A democratização da propriedade da terra, e chamaram esse processo de reforma agrária.

Nesse processo da questão agrária no Brasil, em 1950, a produção agrícola não estava dando conta de suprir as necessidades da população na época, causando uma insegurança alimentar, que os setores progressistas da sociedade decidiram se organizar para discutir e propor reforma agrária, devido a concentração da terra improdutiva e uma quantidade significativa de agricultores familiares com poucos hectares de terra.

Foi em 1961 que as ideias dessa organização progressista ganhou espaço nas reformas de base do governo João Goulart, que tinha intenção de fazer uma reforma agrária em prol ao capitalismo exigido pelas indústrias, para o crescimento do mercado interno. É neste período que se consolida alguns movimentos sociais rurais que reivindicavam a Reforma Agrária.

Após a Segunda Guerra Mundial começa a surgir no Brasil, alguns grupos reivindicando a Reforma Agrária, como as Ligas Camponesas, União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e o Movimento dos Agricultores Sem terra, que em 1961 tinham o lema: *Reforma Agrária na Lei ou na Marra!*(CALDART *et al*, 2014).

De acordo com Graziano da Silva (1987) *apud* Miralha (2006, p.31):

> haviam duas propostas de reforma agrária nas décadas de 1950/60. A proposta dos movimentos sociais no campo, que tinham o apoio dos setores mais progressistas da sociedade e que defendiam uma reforma agrária mais radical e a proposta burguesa de caráter mais conservador e que não alteraria a estrutura fundiária do país.

No período da ditadura durante o governo militar 1964-1984, impuseram a modernização da agricultura sem reformas, durante esse período os movimentos foram fortemente coibidos. Período da hegemonia da agricultura capitalista, voltada para o mercado externo, concentração de terras e a mecanização. Esta foi uma fase bem difícil para os camponeses, onde se viam obrigados muitas vezes a esvaziar o campo, devido à chegada da revolução verde com pacotes tecnológicos e uma crescente concentração da propriedade da terra.

Em 1980, com a redemocratização política, voltaram-se os movimentos campesinos a reivindicar a reforma agrária, mas nos moldes capitalistas, somente a limitação da propriedade da terra e inserir os camponeses no mercado interno para o aumento da renda.

Foi nesse momento histórico que surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Que nasceu para politizar a luta por Reforma Agrária, que agora não seria só a democratização da terra, mas o direito pelo trabalho, a democratização ampliada da propriedade da terra e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária com os ideais do socialismo. Assim o MST ocupa um espaço destacado das lutas populares do Brasil.

A repressão sobre o MST e sobre a luta por terra era organizada pelas oligarquias rurais e suas formas de controle sobre as polícias e sobre o poder judiciário local, além da conivência dos governos estaduais.

Caldart *et al* (2014), esclarecem sobre essa questão da Reforma Agrária e a luta dos camponeses organizados contra a burguesia e sua ofensiva neoliberal, hegemonicamente representada pelo governo Fernando Henrique Cardoso:

> Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira. As terras improdutivas dos latifúndios, antes destinadas à Reforma Agrária após a pressão dos camponeses, agora também são pretendidas, e disputadas pelo agronegócio. Há claramente uma disputa de modelos de agricultura, a dos camponeses *versus* a do agronegócio, incompatíveis entre si.

Em 1993, foram regulamentados dispositivos relativos à Reforma Agrária na (LEI Nº 8.629, 1993, p. 4) sendo das leis de uso da terra: artigo. 2º "a propriedade que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei".

Consta no artigo 9º (LEI Nº 8.629, 1993, p. 4) a função social do uso da terra a ser cumprida:

> Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
>
> I - aproveitamento racional e adequado;
>
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
>
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
>
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Atualmente a luta por Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais do campo é de urgência e necessária frente ao novo desenvolvimento econômico do país. Com isso a luta por Reforma Agrária se torna uma luta também de classes, contra o modelo do capital para agricultura brasileira.

No VI Congresso Nacional do MST em 2014, foram discutidas as mudanças que exigem uma postura dos movimentos sociais e do MST, como:

> a) Defender um projeto de reforma agrária que seja popular, não uma reforma agrária só para dividir terras, mas sim que integre os camponeses como

> fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial, é necessário construir alianças entre os movimentos sociais camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular.

b) a luta pela reforma agrária se insere contra o modelo do capital;

c) os enfrentamentos com o capital e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas (CALDART *et al* 2014, p. 202/203).

Na construção dos fundamentos da luta por Reforma Agrária, através dos povos do campo, das águas e das florestas, junto com a classe trabalhadora urbana. Foi proposta no documento registrado por Caldart *et al* (2014) mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais do campo. "Queremos construir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna" (MST).

III. Agroecologia e a aproximação com a Educação do Campo

Entendendo a Agroecologia como conhecimento empoderador dos agricultores familiares em relação á uma agricultura mais sana e complexa, onde os sujeitos repensam as relações não só de manejos de agricultura, mas da organização social, dos conhecimentos compartilhados, do resgate de memórias e de saberes, de trocas de práticas empíricas, como da relação entre seres humanos, de valorização do trabalho da mulher no campo e a Educação do Campo.

A Agroecologia propõe práticas educativas baseada em metodologias participativas, que colaboram para o entendimento histórico do território, do processo e das trajetórias de vida da comunidade, dos modos de produção e as relações dos sujeitos do campo com o meio ambiente.

Paulo Freire (1983 *apud* Caporal *et al.* 2006, p.15) afirma ainda que:"*Tais metodologias devem ajudar na identificação e compreensão, individual e coletiva, dos sucessos e insucessos dos estilos de agricultura praticados, assim como a identificação e análise dos impactos positivos e negativos do modelo dominante sobre a comunidade e o seu entorno*".

A Educação do Campo está inerentemente ligada ao trabalho e ao trabalhador do campo, sua trajetória de agricultura, de seu território e da sua cultura. Essa educação é uma mudança estrutural, por uma educação emancipadora, de sujeitos em luta no campo e pelo campo de direitos e lutas por Política Pública educacional e agroecológica.

Para Kolling *et al.* 2001 *apud* Caldart 2012, a educação compreende um processo social de formação das pessoas como sujeitas do próprio destino. Por isso a Educação do Campo esta inteiramente ligada á cultura, aos valores dessa cultura, ao jeito de produzir, a identidade de cada sujeito do campo, seja ele indígena, quilombola, agricultor familiar da reforma agrária, ribeirinho, camponês, com formação para o trabalho e a organização social.

Não se pode explicar educação do campo, sem que não haja uma postura política e uma luta por uma nação popular para todos e todas, não se pode falar em Educação do Campo se não for ela escrita, compreendida, feita, organizada e praticada pelos camponeses e pelas camponesas.

A Educação do Campo é a práxis, de relevância teórica e práticas concomitantes. Pois, para Marx como afirma Oliveira (2008) *apud* Neto (2010), "mais que interpretar a realidade, interessa transformá-la, o que coloca a prática, como inicio da ciência social".

A Educação do Campo é relacionada à consciência de mudança, pela luta dos camponeses por uma educação, mas uma educação partindo de suas realidades, de suas demandas, de seu tempo que vai de acordo com os plantios, com as estações.

Partindo de suas necessidades de aprender, combinando luta por Reforma Agrária, por soberania alimentar, com a Agroecologia e suas tecnologias apropriadas a cada realidade.

Com práticas que gerem necessidades do fazer, de como fazer, para quem fazer, dialogando com o empoderamento político, de serem autônomos e independentes de qualquer oferta capitalista, de criticar e modificar suas realidades, de propor mudanças, em âmbitos de seus territórios, mas que se precisarem, atingir também âmbitos governamentais, no que tange necessidades de Políticas Públicas. Buscando assim, dialogar e trabalhar com as realidades e as diversidades dos sujeitos do campo, reafirmando e assumindo suas identidades culturais.

A Educação do Campo é uma construção social e humana de longo prazo, onde se luta por uma sociedade emancipadora e contra-hegemônica do capitalismo. Onde os sujeitos tem exercitado o direito de pensar a pedagogia que mais se aproxima suas realidades, mas não enxergando somente a si mesmo, mas uma realidade mais ampla, que ultrapasse o campo pedagógico.

Os sujeitos e sujeitas do campo que lutam por uma Educação do Campo, pensam e refletem por uma educação pública em que os educandos tenham a autonomia das suas pedagogias e não o estado ditando quais são as pedagogias mais apropriadas.

Ainda sobre Educação do Campo, que é uma educação socialmente enraizada a cada realidade do campo, Molina (2006, p.11) discorre:

> Educação, cultura, produção, trabalho, infra-estrutura, organização política, mercado são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e completivas. Elas não existem em separado. Educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões.

No que corresponde essa aproximação entre a Agroecologia e Educação do Campo, ambas são promotoras de uma autonomia do sujeito do campo e da soberania alimentar. Essa aproximação possibilita também que a universidade, professores e estudantes pensem e reflitam a função da extensão universitária.

É importante corroborar com esse assunto, da extensão universitária, atingindo vários conceitos. Dentre eles como destaca Serrano (*s.d.*), quando coloca que a extensão na universidade era e é em alguns momentos como uma interface do *"pensar"* e *"fazer"* no interior da universidade ou como um serviço, ou uma assistência social.

Serrano (*s.d.*) (re) significa essa extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, como um diálogo entre ambas e não uma prestação de serviço ou uma ajuda solidária. É papel da universidade de dialogar com as demandas da sociedade e coletivamente com a sociedade propor e fazer ações conjuntas, gerando assim, pesquisas acadêmicas colaborativas e ensinos emancipatorios de ambos os sujeitos da sociedade ou do campo e os próprios estudantes.

Os debates da Educação do Campo vão para o âmbito da extensão rural também, quando traz os sujeitos do campo para criar condições do processo de produção do conhecimento e de sua própria vida.

E qual a pesquisa que os educandos em educação do campo estão construindo? Molina (2006, p.12/13) provoca no sentido de problematizar a realidade e a diversidade dos sujeitos do campo "a escola do campo traz as marcas dos sujeitos: das diferenças convertidas em desigualdades".

Nesse sentido Boaventura Souza *apud* Molina (2006, p.14) contribui com a provocação quando diz:

> temos direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza e temos direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza? Instiga-nos pesquisar se esse padrão de Políticas Públicas, constituído com a característica central de tratamento generalizado para diversas situações será suficiente para enfrentar a gravidade do panorama educacional no campo. Recuperarmos o tempo perdido exigirá a elaboração de Políticas Afirmativas, que sejam capazes de acelerar o processo de supressão das intensas desigualdades no tocante à garantia de direitos existentes no meio rural. Conceber essas políticas impõe-nos o desafio da produção de novos saberes inter e

> transdiciplinares, que sejam capazes de articular diferentes dimensões da vida dos sujeitos do campo, aliadas ao seu processo educacional, ou seja, uma escola colada ao chão da vida, ligada aos processos da produção da existência social desses sujeitos.

Na concepção de Educação do Campo, da Educação Popular e da Educação Agroecológica é imprescindível que haja dentro dos seus princípios de atuação e dentro de suas diretrizes, teorias, ações no que diz respeito à questão da equidade entre os gêneros, a importância de valorização da diversidade étnica, a questão racial, quanto à história afro-descendente e indígena, a problematização e a superação dos preconceitos e do racismo, a problematização das desigualdades de classe e de cor. Alicerçadas e alienadas constantemente na educação formal, que não é reflexiva e nem critica à realidades e especificidades das pessoas e de questões que são opressoras e marginalizadoras constantemente dentro da escola e na sociedade, seja ela urbana ou camponesa.

No caderno de subsídios do Ministério da Educação (MEC) (2003, p.34/34) estão presentes os princípios de educação do campo, como resumidamente exponho abaixo:

I. **Uma educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo**: educação com direito social; educação recria o campo porque através dela se renova os valores e as atitudes, os conhecimentos e as práticas de pertença a terra. Nessa educação precisa-se conceber que a cidade não é superior ao campo, e a partir dessa compreensão, criar relações de horizontalidade entre o campo e a cidade, nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento.

II. **A educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzidos**: essa educação pode ocorrer em espaços escolares quanto fora deles. Nas formas de organizações se vivencia o direito de relacionar-se com a terra como cultura através dos diferentes conhecimentos e raízes históricas.

III. **A educação do campo no campo:** o fato de estar no campo à escola, também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos. Construir educação do campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo.

IV. **A educação do campo enquanto produção de cultura:** deve ser vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho na terra, entendendo trabalho como produção cultural de existência humana. Para isso a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos alternativos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias.

V. **A educação do campo na formação dos sujeitos:** deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Os que vivem no campo podem e tem condições para pensar a educação que traga como referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade sem ser de forma hierarquizada ou subordinada. Para isso, a educação que se realiza na escola precisa ser no campo e do campo e não para o campo.

VI. **A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável:** a formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito se constituir enquanto ser social responsável e livre capaz de refletir sobre sua atividade e seu refletir, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de possuir um comportamento ético, porque não desaparece em suas relações com os outros. A educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do campo deve se constituir nas políticas públicas como uma ação cultural comprometida com o projeto de reinvenção do campo brasileiro.

VII. **A educação do campo e o respeito às características do campo:** o campo é heterogêneo e muito diverso, logo essa heterogeneidade possui duas implicações: primeiro não se pode construir uma educação idêntica para todos os povos do campo e a segunda por existir essa heterogeneidade deve ser articulada às políticas nacionais e estas devem articular-se às demandas e às especificidades de cada região, de espaço ou território.

Para haver sustentabilidade no campo é preciso que as pessoas estejam organizadas, que participem ativamente e pensem no desenvolvimento para além do seu espaço, da sua comunidade próxima, pense localmente, mas contribuindo com a região e a relação dessa região com o desenvolvimento nacional. É com esse espírito que os sujeitos poderão pensar em um desenvolvimento integral onde faz parte a busca da resolução para os problemas de saneamento, da saúde, da educação, do trabalho, da fome, da moradia, do abastecimento de água, entre outros.

Através do que se propõe a Educação em Agroecologia e a Educação do Campo em relação à autonomia dos sujeitos, a práxis das teorias e práticas e por meio das trocas de saberes na geração e construção do conhecimento, essas duas ciências educativas podem contribuir com ferramentas, metodologias e se apropriar do que a ciência descobre para a criação de Tecnologias Apropriadas para a realidade do campo.

IV. Tecnologias Apropriadas

Este trabalho aborda a soberania alimentar sendo alcançada através de metodologias participativas de Educação em Agroecologia.

Essa soberania e essa educação só são conseguidas através de Tecnologias Apropriadas a cada realidade vivida no campo, tecnologias essas inteiramente associadas aos princípios da Agroecologia e da Educação do Campo.

A Tecnologia Apropriada ela não pode ser reaplicada da mesma maneira para todas as comunidades, ela tem que ser recriada, reinventada de acordo com as necessidades e ideias de cada comunidade, para melhor participação e empoderamento.

Ela é criada através do diálogo dos saberes, entre a universidade, os institutos e os saberes empíricos e populares das comunidades ou coletivos.

Corroborando com essas afirmativas sobre Tecnologias Apropriadas Araujo (2013), acrescenta:

> As tecnologias apropriadas constituíram um importante marco na visualização de inovações alternativas às matrizes tecnológicas vigentes. As ferramentas, instrumentos e artefatos, originados a partir desta concepção, possuíam forte correlação com as noções de adequação, uso sustentável dos recursos naturais e sua apropriação sociocultural e econômica pelas comunidades.

Carvalho (2014, p.37), assinala que tanto a Agroecologia como outras tecnologias apropriadas são formas de potencialização da reprodução da vida social na natureza e minimizadoras da ação antrópica; são maneiras criativas e harmoniosas da relação mulher/homem-natureza no âmbito geral de uma concepção de mundo distinta da que define os valores da empresa capitalista de produção.

Corroborando ainda sobre a discussão das tecnologias apropriadas a cada realidade camponesa, Carvalho (2014) afirma :

> tecnologias utilizadas pelos camponeses deveriam ser apropriadas ao seu modo de produzir, o que implicaria que a geração de tecnologias deveria ser orgânica aos seus interesses de classe e de sua reprodução social como camponeses, e não ficar sob as concepções supostamente distintas oferecidas para a pequena burguesia agrária. Ora, essa premissa exigiria a presença

teórico-prática de um projeto histórico para o campo que desse conta das perspectivas de realização do campesinato no Brasil. Projeto esse que não temos.

V. Autonomia e Soberania Alimentar

> O *direito dos povos e de todo povo brasileiro a consumir* de acordo com fatores culturais, éticos, religiosos, estéticos, de qualidade alimentícia, que implica alimentos sadios, acessíveis e culturalmente apropriados (CLOC: 2010: 23), é condição *sine qua non* para alcançarmos a soberania alimentar verdadeira (STEDILE E CARVALHO, 2010, p. 11/12).

> *"A produção e o direito universal sobre as sementes, como patrimônio coletivo da humanidade, são a base da soberania alimentar do povo. ''(STEDILE E CARVALHO, 2010, p.10)*

Nas ultimas décadas o mundo tem sofrido com o aumento da fome e da pobreza e várias organizações internacionais começaram a debater sobre essa temática, com o intuito de propor soluções.

Uma das soluções propostas foi a Segurança Alimentar, ou seja, todos terem acesso aos alimentos, desconsiderando a diversidade cultural e de bioma específico de cada país e regiões. Assim, alguns movimentos organizados como a via campesina e movimento de mulheres campesinas criticaram essa proposta de combate a fome e a pobreza, dizendo que eram superficias.

No contexto do conceito de Segurança Alimentar, (VALENTE, 2002, *apud* ANCA, 2007) contribuem:

> Ainda hoje não podemos considerar o conceito de segurança alimentar uma concepção acabada, pois desde a década de 40, quando foi utilizada pela primeira vez, é palco de disputa política e militar. O primeiro conceito de segurança alimentar apresentava a necessidade de manterem-se estoques estratégicos de alimentos na perspectiva da segurança dos países. Posteriormente, estudiosos sobre o tema apresentam a problemática da quantidade de alimentos produzidos como causa da fome no mundo.
>
> Neste contexto, os países desenvolvidos preparam um pacote tecnológico (insumos, sementes e equipamentos), a Revolução Verde, que foi apresentada como possível solução para a crise da "produção insuficiente de alimentos". Porém, seu resultado foi mais fome e exclusão, além de sérios problemas ambientais.

Surge assim à Soberania Alimentar, que é uma proposta que vai além da Segurança Alimentar, perpassava pela soberania de cada identidade cultural do campo, ao acesso das diversidades de sementes crioulas e a produção das mesmas. A Agroecologia e seus tipos de

agricultura como mantenedoras dessa soberania.

De um conceito prévio de Soberania Alimentar, Stedile e Carvalho (2010) assinalam que *"o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano"* e a questão da produção e distribuição de alimentos é de sobrevivência dos seres humanos, portanto é uma questão de soberania alimentar.

Assim, colaborando ainda com o conceito de Soberania Alimentar Stedile e Carvalho (2010) afirmam que é assim entendida como um acesso ao alimento, e o direito de produzí-los. E será a produção que garantirá o povo do campo a essa soberania alimentar e a sua existência.

Colaborando com a história do surgimento do conceito da Soberania Alimentar VALENTE (2002), *apud* ANCA (2007, p.9) contribui dizendo :

> Em maio de 2001, o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana, declarou soberania alimentar como sendo "o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental".

Tendo as comunidades e populações controle sobre o que plantam e o que necessitam plantar para comer, de acordo com seus biomas e suas necessidades nutricionais, lhes garantem alimento durante todo o ano e a existência de sua cultura.

Na Conferência Mundial de Soberania Alimentar realizada em Mali (2007) elucidada por Stedile e Carvalho (2010, p.8), na declaração de Nyéléni, que assinalou bem essa questão, que :

> A soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consumem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas.

E nesse momento de crise que a humanidade vem passando, as industrias concentradoras de bens se apropriam do espaço para lucrar, onde acentua a fome e a

dependência alimentar industrial de várias culturas e países. Hoje a fome atinge 925 milhoes

de pessoas e cerca de 40 países em estado de urgência. (STEDILE;CARVALHO, 2010, p.6) reafirmam:

> Tais processos estão proporcionando uma modificação na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência para a concentração e a internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos. Tudo isso ligado ao enfraquecimento do papel dos estados nacionais na formulação e aplicação das políticas setoriais para a agricultura, é o que está conduzindo ao desaparecimento da soberania alimentar dos diversos países, junto com uma intensificação das diferenças entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres.

Essas grandes transnacionais de alimentos, vem para padronizar os alimentos, coloca-los nas listas das *commodities* que dão lucro e com isso afetam os hábitos alimentares e as práticas domésticas de várias populações do campo em vários países. Hábitos esse de promoção da vida, da biodiversidade, baseada nos biomas locais e na cultura alimentar de cada comunidade do campo.

Stédile e Carvalho (2010) corroboram mais ainda com essa questão das comunidades e seus hábitos alimentares, que são hábitos que se sustentam e reforçam a soberania alimentar. Segundo esses autores existem pesquisas com várias hortas domésticas em países periféricos e agrários, onde são verdadeiros laboratórios experimentais informais, pois verificou-se mais de 230 espécies vegetais diferentes em 60 hortas em comunidades na Ásia, onde encontram-se espécies autóctones.

A maioria desses quintais são produzidos e cuidados por mulheres camponesas, que são verdadeiras provedoras da soberania alimentar e da diversidade de alimentos. Portanto, essa biodiversidade produzida e consumida serve também como medicina preventiva, pois são através desses alimentos sãos que elas garantem a saúde de sua comunidade.

Como assinala Caro (2010, p.9) em relação a mulher do campo como provedora da diversidade alimentar e a invisibilidade de seus trabalhos que mantem a soberania alimentar nas comunidades do campo:

> No caso das mulheres camponesas, ficou evidente a *invisibilização* de sua contribuição para a economia agrícola (León e Senra. 2007: 12). Estiveram historicamente vinculadas à descoberta, pesquisa e criação da alimentação, desde a invenção da agricultura. Experimentaram, criaram sementes híbridas, selecionaram o que era comestível e o que não era, conservaram

> alimentos, inventaram e refinaram a dietética, a culinária e seus instrumentos. Têm una longa tradição de coletar, escolher e propagar variedades de sementes para seus usos alimentícios e medicinais. São as protetoras primárias dos recursos genéticos e da biodiversidade no mundo. Ou seja, desenvolveram mecanismos de produção, processamento, distribuição, lamentavelmente enfrentando as relações desiguais do trabalho não pago.

Na discussão do papel e da contribuição da mulher camponesa na soberania alimentar é importante aqui enfatizar que mais do que reconhecer a contribuição dessas mulheres camponesas é articular em âmbitos nacionais e internacionais através do debate de soberania alimentar, propostas para uma equidade de gênero fora e dentro do âmbito familiar do campo.

Contribuindo, com essa questão da mulher do campo e soberania alimentar Stédile e Carvalho (2010), afirma que isso sim que é soberania alimentar com Reforma Agrária, mas num processo bem mais emancipador, pois assegura de maneira equitativa a posse da terra para homenes e mulheres e a soberania alimentar com defesa das sementes, além da participação mais igualitária de homens e mulheres nos processos de reprodução, multiplicação e intercambio das atividades de valor, alertando quando uma das fases em que se envolvem mais os homens, apenas por uma questão cultural, adquirem mais hierarquia.

A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, povos e grupos raciais e gerações. Dando prioridades a economias locais, aos mercados locais, as feiras, ao poder dos camponeses sobre a forma de produção como à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional.

Soberania alimentar é o ato de poder os consumidores escolherem o que querem comer, melhor para sua alimentação e os camponeses e agricultores familiares terem controle e livre acesso a pesca artesanal, ao pastoreio tradicional, aos plantios de policultivo. Promovendo o acesso á terra, ao território, a cultura local, as sementes e a biodiversidade.

Existe um perigo das relações do mercado atuando com estratégias governamentais para uma segurança alimentar. Colocando em risco a própria produção soberana sobre os alimentos, sobre o acesso a terra, a permanência da cultura camponesa, na reprodução e produção da diversidade de vida no campo.

A soberania alimentar se conceitua mais do que uma idéia, mas um princípio e ética de vida, como uma maneira de ver o mundo e contruí-lo com bases na justiça e na igualdade, ressalta Anamuri da organização campesina Chilena, descrita por Stédile e Carvalho (2010, p.9) :

> refere-se ao direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo, por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo.

Esses fatores que se proprõe a soberania alimentar e os povos do campo são sujeitos dessa escolha.

Sofrem risco de não serem concretizados, devido a uma pressão das transnacionais em diálogo com governos estaduais e internacionais. Propondo assim que essa comunidades continuem dependentes de medidas paliativas, como a doação de alimentos industrializados, que interferem em suas culturas e em suas produções.

Dentro dos riscos que enfrentam os povos do campo, esta o crescimento dos latifundios com suas monoculturas, que desertifica o solo o tornando infértil, avançam o território brasileiro com o desmatamento, contaminando as águas com a exarcebada ultilização de agrotóxicos, o que contribui para o Brasil está no ranque do país que mais consome e ultiliza agrotóxicos no mundo, nos dados de 2009/2010 chega ao consumo de um bilhão de litros de veneno. Nossa população está sendo abastecida por alimentos cada vez mais contaminados, o que prejudica a saúde coletiva e a reprodução da vida (STEDILE; CARVALHO, 2010).

Devido, a todos esses riscos expostos, na saúde coletiva, pela ultilização de agrotóxico, ao desmatamento e as mudanças climáticas, aos secamentos das nascentes, contaminação da água, infertilidade do solo, na extinção da biodiversidade de fauna e flora dos biomas das regioes.

Pela expulsão do sujeito do campo, do local, onde ele reproduz a vida, se mantém através da subsistência do que planta e do que vende nos mercados locais. Essas empresas capitalista estão eximindo as culturas originárias da vida no campo, tirando o direito de um acesso a uma educação digna e construída com os sujeitos do campo.

Os projetos de assentamentos são de suma importância para o alcance da soberania alimentar, devido a suas organizações coletivas internas, para poderem escoar os alimentos produzidos para mercados locais e contribuindo para o desenvolvimento e acesso aos alimentos das vizinhanças camponesas e das cidades próximas, cumprindo o papel de aproximação e relação entre campo/cidade.

A soberania alimentar caminha junto com autonomia dos povos do campo, a autonomia está relacionada, tanto de escolha do que se planta e o que se come, quanto autonomia é a ultilização de técnicas e tecnologias apropriadas às suas realidades, autonomia econômica, quanto ao que se produz para consumo familiar e para venda, autonomia social e coletiva de produzir e se reproduzir com dignidade e liberdade no campo, (WANDERLEY 1996, p.3).

A autonomia por consequência diminui a vulnerabilidade dos sujeitos do campo, sendo uma forma de economizar a partir de um aperfeiçoamento da utilização dos fatores de produção da terra e força de trabalho e dos recursos financeiros, restabelecendo a co-produção entre mulheres/homens, natureza e trabalho e potencializando os recursos locais; melhorando e favorecendo outras alternativas de trocas; atendendo uma demanda local de cada grupo familiar, seja ele camponês, agricultor familiar ou agricultor da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, etc.

Grisa (2007) *apud* Guadagnin *et al* (2010, p.2), acrescenta ainda que tudo isso, alimenta as relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para uma união da estrutura social e fortalecendo uma identidade social entre os agricultores, conferindo uma legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Políticas para alcançar uma soberania alimentar são propostas por Stédile e Carvalho (2010) :

- são mudanças no novo modelo de produção agrícola dominante, para uma produção de alimentos saudáveis com base na agroecologia, que garantam produção e ofertas em vários locais ;

- A importância da reforma agrária para esse contexto, além do limite da terra e garantir o princípio da natureza, água e biodiversidade para todos e com consciência na preservação, manutenção desses espaços ;

- Reformular o papel do estado, quanto à construção de uma soberania alimentar, fomento de políticas públicas que acompanhem os novos paradigmas da agroecologia e reformule o sistema vigente;

- Controle do governo sobre o comércio no exterior tanto de importação quanto de exportação, isso nos garantirá controle sobre taxas;

- Implementar programas de pequenas e médias agroindústrias em formas de cooperativas, voltadas para o mercado interno;

- Garantir estoques reguladores de alimentos saudáveis, por parte do governo, para garantia de acesso a toda população;

- Um novo modelo econômico, baseado na ampla distribuição de renda, na garantia de empregos para toda população, universalidade da educação;

- O conhecimento e plena liberdade para *intercambiar e melhorar sementes* é um componente fundamental da Soberania Alimentar, porque sua existência em diversidade permite assegurar a abundância alimentar, servir de base a uma nutrição adequada e variada, e desenvolver formas culinárias culturalmente próprias e desejadas;

- Impedir o uso de sementes transgênicas.

O que o curso de Agroecologia propõe no Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

O curso de tecnólogo em Agroecologia tem como objetivo:

> Formar profissionais que utilizem conceitos e princípios ecológicos no planejamento e manejo de agroecossistemas, visando à construção de estilos, modelos e alternativas de agricultura e pecuária ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e sócio-culturalmente aceitáveis; que possuam capacidade de inserção dialógica, criativa e participativa em processos organizativos do campo, tendo como parâmetro análises críticas, analítica e reflexiva da realidade, abordagem sistêmica e complexa em relação às variáveis envolvidas na construção de conhecimentos agroecológicos, tendo como foco a agricultura familiar e ênfase no bioma Cerrado".

O perfil profissional do egresso segundo o PPC é:

> O Tecnólogo em Agroecologia deve conhecer a realidade da agricultura familiar e do bioma Cerrado, possuir formação teórica e vivência prática para realizar diagnóstico, análise, planejamento, projeto, monitoramento e avaliação participativa no processo de criação, aprimoramento e implementação de tecnologias apropriadas às comunidades e organizações rurais visando à implementação de estratégias de desenvolvimento rural ambientalmente sustentável. Conhecer, respeitar e aplicar os princípios e fundamentos ecológicos no planejamento e manejo dos agroecossistemas.
>
> Estará habilitado a utilizar a abordagem sistêmica e complexa no entendimento da realidade agrícola e agrária, na compreensão do funcionamento e organização dos agroecossistemas e das organizações sociais.

No que se propõe a Agroecologia em relação ao Projeto Pedagógico do Curso citando Altieri (2004), Caporal e Costabeber (2007) que dizem que não se pode confundir a agroecologia, enquanto novo campo da ciência ou enfoque científico, com um mero "estilo de agricultura". Entre os temas e conceitos, os autores destacam as ideias de: enfoque holístico, estratégia (ou abordagem) sistêmica, ação social coletiva (ou formas de organização comunitária), coevolução social e ecológica, controle das forças produtivas (modos de produção).

No que afirma Altieri, Caporal e Costabeber e relacionando com o perfil do agroecológo no IFB, percebe-se que o perfil do egresso do curso de Agroecologia do IFB dialoga positivamente com os conceitos do que se propõe esses autores. Já que o egresso sai com entendimento e vivência da ação social coletiva, com enfoque holístico, estratégia sistêmica e controle das forças positivas. A disciplina vivência por si só já corrobora para a

construção do sujeito coletivo, com enfoque holístico da realidade e das outras disciplinas, contribui com problematização e critica do modos de produção através da ação coletiva e ecológica dos estudantes com as realidades vivenciadas.

A disciplina de Vivência Agropecuária em Bases Ecológicas no curso de Agroecologia do IFB *campus* Planaltina

A matéria Vivência Agropecuária em bases Ecológicas acontece no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto semestre do curso de Agroecologia, conhecidas como Vivência 1, 2, 3 e 4.

Para compreensão do aprendizado entre os sujeitos mediados pela Agroecologia e pela realidade da comunidade, Paulo Freire (2002) corrobora afirmando:

> O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, requer uma ação transformadora da realidade, demanda uma busca constante, implica em invenção e reinvenção, reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer... conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos... e é como sujeitos e somente enquanto sujeito que o homem/mulher pode realmente conhecer.

Objetivo da disciplina vivência é a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino. A partir da participação dos estudantes em todo o processo, essa experiência contribui para a formação de uma profissional capaz de facilitar processos de desenvolvimento, com isso é preciso uma aproximação com a realidade do campo, conhecê-la sobre várias dimensões tais como: econômicas, culturais, ambientais, políticas, sociais, técnicas etc.

A vivência é o momento onde os estudantes e agricultores se encontram no espaço onde vivem para refletir sobre seu território, sobre a vida comunitária, os problemas, desde os recursos naturais, manejo a infra-estrutura. Contribuindo também com a construção de ações na comunidade.

As potencialidades da vivência estão relacionadas ao processo de transição agroecológica a participação dos agricultores (as) na geração de tecnologias é de suma importância. Por isso é necessário à formação de tecnólogos *sujeitos/as*, no reconhecimento da importância da construção dos saberes e do diálogo construindo e gerando tecnologias apropriadas em cada realidade do campo com base na Agroecologia.

A vivência no Curso de Agroecologia promove uma interdisciplinaridade entre as matérias e os professores, promove o diálogo entre as práticas do campo e a teoria do instituto. A partir da aproximação com a realidade do campo dialogando com os princípios da Agroecologia. Fortalecendo a extensão, a pesquisa e o ensino indissociáveis.

4. METODOLOGIA

A metodologia escolhida para este trabalho foi análises documentais e estudo de caso. Partiu-se de documentos e relatórios da construção do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) no Assentamento Pequeno William, mediado pela disciplina Vivência em Agropecuária com bases Ecológicas, do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFB *campus* Planaltina.

Yin (2001, p.11) conceitua bem estudo de caso como ferramenta de pesquisa, auxiliando como: ferramenta de ensino, abordagens etnográficas e observação participante, caracterizando métodos "qualitativos".

O método de estudo de caso se enquadra numa abordagem qualitativa muito utilizada na coleta de dados na área de estudos organizativos. Devem ser considerados três aspectos: a natureza da experiência, enquanto fenômeno e a possibilidade de generalização de estudos a partir do método (CESAR, *s.d.*).

Pimentel (2001) corrobora sobre a metodologia de análise documental dizendo que, "(...) se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça".

Estrategicamente escolheu-se uma amostra nas vivências de agroecologia do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Agroecologia, descrevendo o caso do Projeto de Assentamento (PA) Pequeno William, durante o processo da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), por ter demonstrado um caráter inter, multi e transdisciplinar, cumprindo pressupostos da Educação em Agroecologia.

Foram analisados os relatórios descritivos das atividades desenvolvidas no assentamento Pequeno William (anexo 1), dos estudantes do Curso de Agroecologia e do documento final do projeto construído pelos assentados, professores, estudantes, técnicos e redigido por professores (anexo 2).

Mesmo não estando envolvida nesta prática de construção do PDA, mas considerando minha atuação acadêmica na Agroecologia em outros espaços e tempos de vivência, bem

como minha aproximação identitária com o assentamento em outras atividades, busco aqui contribuir organicamente com a construção e análise desse conhecimento dialógico, potencializando processos agroecológicos.

Na tabela 1 a seguir, descrevemos as atividades desenvolvidas durante o processo de construção do PDA, os métodos participativos utilizados, com as avaliações realizadas ao longo do processo.

TABELA 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PDA NO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM.

DATA	ATIVIDADE	OBJETIVOS	MÉTODO
21/09/2012	APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO IFB CONSTRUÇÃO DO MAPA DA COMUNIDADE	-Apresentação dos professores do IFB participantes das equipes de trabalho; - Construção coletiva do mapa do território atual da comunidade.	-Foi realizada discussão inicial de retomada do PDA - Foi utilizada a ferramenta de DRP "mapa falante" desenhado no chão pelos assentados, utilizando materiais locais.
02/10/2012	TRAVESSIA PELO TERRITÓRIO	Realizar o Diagnóstico dos agroecosssistemas; - Realizar o Diagnóstico dos tipos de solos.	-As equipes realizaram caminhadas de observação (método travessia)
09/10/2012	REUNIÃO COM A EMATER SOBRE OS DADOS SOCIOECONÔMICOS	- Apresentar os resultados já obtidos pela equipe da EMATER no processo de desenvolvimento do PDA-Pequeno Wllian. - Planejamento de ações futuras	- Apresentação em Power Point dos dados obtidos com o questionário aplicado no PW realizado pelos técnicos da Emater aos estudantes e professores do IFB envolvidos
11/10/2012	REUNIÃO COM PRESIDENTE DA EMATER	- Estabelecer diálogo entre a presidência da EMATER e os assentados do PW; - Continuar trabalho das equipes de elaboração do Diagnóstico.	- Reunião onde foram apresentadas e discutidas as propostas da EMATER para projetos no PW; - Foi executado o levantamento de flora em uma área de amostragem do assentamento.
16/10/2012	CAMINHADA ATÉ À MINA D´ÁGUA E ENTREVISTAS COM MORADORES	- Concluir o questionário de levantamento do perfil socioeconômico dos(as) assentados(as); - Iniciar diagnóstico dos recursos hídricos do assentamento; - Continuidade no diagnóstico da entomofauna e dos usos do solo.	-Foram realizadas entrevistas a partir do questionário da EMATER; - Foi realizada a caminhada até à mina d´água, com observação da entomofauna e agroecossistemas.

23/10/2012	MAPA SOCIAL E TRAJETÓRIAS DE VIDA	Construção do mapa social dos pré-assentados(as) para visualização e socialização das suas trajetórias de vida	- Foi construído um mapa do Brasil e cada participante se localizou sua terra natal e falou sobre sua história de vida até o acampamento
30/10/2012	TRABALHO DE CAMPO SOBRE O SOLO E A VEGETAÇÃO E ENTREVISTAS COM MORADORES	- Continuidade na aplicação dos questionários l socioeconômico dos(as) assentados(as); - Realizar caminhada para o diagnóstico dos usos do solo; - Realizar caminhada no cerrado e amostragem para identificação das espécies vegetais da área.	-Foram realizadas entrevistas com moradores - Foi realizada a tradagem em alguns locais do assentamento com objetivo de correlacionar as classes de solos de acordo com aqueles descritos no mapa pedológico do RVA PW - Foi executado o levantamento de flora em uma área de amostragem do assentamento.
14/11/2012	BEM-ESTAR ANIMAL E ENTREVISTA COM MORADORA	- Concluir o levantamento do perfil socioeconômico dos(as) assentados(as); - Diagnosticar as condições de criação de animais domésticos;	- Foi realizada a aplicação do questionário com uma assentada e uma entrevista semi estruturada sobre as questões organizativas da comunidade; - Foi realizada uma caminhada pelo assentamento com visitas às criações de galinhas, porcos, cavalos e patos.
04/12/2012	VISITA À CACHOEIRA DO CÓRREGO DO MEIO	Concluir o levantamento dos recursos hídricos.	- Visita de professores, técnico da Emater e moradores à cachoeira do Córrego do Meio.

Fonte: Informações tiradas do diagnóstico sócio ambiental da comunidade Pequeno William (2013).

Foram analisadas as atividades desenvolvidas na construção do PDA (tabela 1.) em ordem de acontecimentos, Com o objetivo de avaliar se as atividades dialogam com os princípios de Educação em Agroecologia (princípios da vida, da diversidade, da complexidade e da transformação) e se potencializam ou não a autonomia dos assentados-agricultores.

Durante o I SNEA (2013) I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, foi debatida a Educação Agroecológica a partir da construção de princípios e diretrizes, que sejam orientadores de práticas dos educadores e educandos. Dentro de cada princípio desses, há alguns processos educativos orientadores para alcançar os princípios gerais da vida, da diversidade, da complexidade e da transformação.

Eles estão elencados com numeração, para facilitar a visualização. No princípio da vida existem seis processos orientadores, no princípio da diversidade existem quatro, no princípio da complexidade dezesseis e no princípio da transformação, dez processos orientadores.

A avaliação foi feita da seguinte maneira, de acordo com cada atividade avaliada foram elencados os processos que mais dialogaram entre o princípio e as atividades.

Dentre os princípios em agroecologia e os processos educativos estão:

Princípios da vida:

1. Cuidado e afetividade com a vida, considerando a sua otimização e valorização;
2. Sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética;
3. Processos endógenos, locais e comunitários;
4. Valorização e garantia à livre reprodução das sementes e raças locais de animais, reconhecendo-os como patrimônio da humanidade;
5. Aplicação da ecologia na produção e no manejo dos agroecossistemas;
6. Economia ecológica e solidária.

Princípio da diversidade:

1. O reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e conflito entre os diferentes setores socioeconômicos;
2. Valores e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade;
3. Reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade especialmente o/a agricultor/ra familiar e camponês/as (quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, moradores de fundo de pastos, faxinalenses, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e outros) e os diferentes movimentos e organizações sociais, considerando as questões de gênero, diversidade sexual, ética e geracional e reafirmando o território como espaço de identidade e de culturas;
4. Reconhecimento das especificidades das mulheres trabalhadoras, suas formas de interpretar e atuar sobre a realidade e suas formas de organização.

Princípio da complexidade:

Processos educativos em agroecologia devem ser orientados por:

1. Desenvolvimento de análise da realidade a partir de uma abordagem sistêmica e holística;

2. Valorização, sistematização e socialização participativa de processos e práticas agroecológicas, valorizando os conhecimentos, as culturas populares e as suas formas de expressão;
3. Indissociabilidade entre extensão-ensino-pesquisa;
4. Relevância das pessoas, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico;
5. Conhecimento e práticas dos/as agricultores/as como questão central no currículo;
6. Leitura crítica da realidade e adoção de instrumentos metodológicos participativos;
7. Construção participativa dos Projetos Políticos Pedagógicos, considerando as especificidades locais, com a participação das comunidades e dos movimentos sociais;
8. Formação inicial e continuada em Agroecologia para educadores/as e técnicos/as administrativos/as;
9. Perspectivas alternativas de organização tempo-espaço, a exemplo da Pedagogia da Alternância;
10. Reflexão e promoção de processos de inovação participativos envolvendo estudantes e agricultores/as, que respeitem a racionalidade da produção camponesa;
11. Formação numa perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições;
12. Agricultores/as atuando como educadores/as em processos de formação, garantindo a troca e o diálogo de saberes;
13. Superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, vinculando o mundo do trabalho e a prática social;
14. Superação da dicotomia entre teoria-prática para contribuir para conhecer- compreender e propor-agir;
15. Agroecossistema concebido como ferramenta para a construção do conhecimento;
16. Articulação entre a pesquisa, o trabalho, a cultura e a práxis.

Princípios da transformação:

1. Promoção de práticas emancipatórias, visando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos na construção de relações sociais justas e solidárias e da consciência planetária;
2. Preparação de profissionais para atuar segundo os princípios da Economia solidária popular e ecológica, baseada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais;
3. Prática pedagógica comprometida com a transformação social, visando formar profissionais que coloquem os seus conhecimentos a serviço das classes populares e da conservação da natureza;
4. Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo e nas cidades;
5. Processos educativos voltados para a compreensão, o fortalecimento e o empoderamento das coletividades que atuam na transformação da realidade agrária e agrícola do país;
6. Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e saúde integral, interligando produção e consumo de produtos ecológicos;

7. Atuação crítica sobre todas as formas de dominação e desigualdades sociais, particularmente sobre aquelas de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geração;
8. Relações de ensino aprendizagem horizontais entre educandos/as-educadores/as, rompendo com a perspectiva bancária e alienadora de educação;
9. A escola como o *lócus* para reflexão e ação transformadora sobre os problemas sociais e ecológicos geradores da insustentabilidade do planeta;
10. Formação referenciada na realidade, tomando a vivência das comunidades como conteúdos problematizadores para o processo de ensino aprendizagem.

A partir da análise das atividades desenvolvidas no processo de construção do PDA e dialogando com os princípios da Educação em Agroecologia, foram construídas algumas categorias avaliativas para qualificar esta pesquisa.

- Quanto à participação da disciplina de vivência nos processos de construção da autonomia e soberania alimentar.
- A potencialidade das metodologias aplicadas para o ensino-aprendizagem e a autonomia esperada.
- Analisou-se se a disciplina de vivência agropecuária em bases ecológicas cumpre a função indissociável da extensão, pesquisa e ensino.
- Se existiu uma Alternância Integrativa entre tempo-escola e tempo comunidade?
- As metodologias aplicadas contribuem para a busca dos conhecimentos e práxis (teoria/ação/aprendizagem) conjuntas?

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise documental durante o processo de construção do PDA dialogado com os princípios da Educação em Agroecologia, com o intuito de avaliar as práticas e metodologias que contribuem para os processos de autonomia e soberania alimentar no âmbito da Reforma Agrária, foram obtidos os seguintes resultados.

A tabela a seguir mostra os resultados da análise da avaliação de cada atividade feita na construção do PDA no Projeto de Assentamento Pequeno William dialogada com os princípios e processos educativos da Educação em Agroecologia alcançados em cada atividade. As atividades estão em ordem de acontecimentos, de acordo com a tabela 1 presente na metodologia.

Tabela 2 Tabela dos resultados da avaliação das atividades da construção do PDA dialogadas com os princípios da Educação em Agroecologia

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA	AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA CONSTRUÇÃO DO PDA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM								
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
PRINCÍPIO DA VIDA	2 e 3	1 e 5	2 e 3	5	1,2,3 e 5	1 e 2	1,2,3 e 5	1,2,3 e 5	1 e 2
PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE	1	1 e 2	1 e 3	1	1 e 2	1,2 e 3	1 e 2	2	1
PRINCÍPIO DA COMPLEXIDADE	1,6,10, 11 e 13	4 e 15	1,4 e 11	4,5,11, 15 e 16	1,6,10,11 e 16	1,2,4 e 12	1,2,3,4,6, 10,11,12 e 15	1,2,4,5,6, 10,11, 13,15 e 16	1,2,4,5,6, 10,11,12, 13,15 e 16
PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO	1,3 e 4	3 e 5	3	4	1,3,4,5 e 8	1,4,5,8 e 10	1,2,3,4,8 e 10	1,3,4,5,8 e 10	1,2,3,4,8 e 10

Para compreensão da tabela 2, há de se levar em conta que as atividades desenvolvidas foram 9 e para cada princípio haviam processos educativos enumerados, como exposto na metodologia, indicando o que cada atividade alcançou como processo educativo de acordo com os princípios orientadores da vida, diversidade, complexidade e transformação.

Os principais processos educativos alcançados em todas as atividades, elencados através de cada princípio, foram:

Princípio da vida

1 Cuidado e afetividade com a vida, considerando a sua otimização e valorização;

2 Sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética;

3 Processos endógenos, locais e comunitários;

5 Aplicação da ecologia na produção e no manejo dos agroecossistemas;

Princípio da Diversidade

1 O reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e conflito entre os diferentes setores socioeconômicos;

2Valores e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade;

3 Reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade especialmente o/a agricultor/ra familiar e camponês/as (quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, moradores de fundo de pastos, faxinalenses, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e outros) e os diferentes movimentos e organizações sociais, considerando as questões de gênero, diversidade sexual, étnica e geracional e reafirmando o território como espaço de identidade e de culturas;

Princípio da Complexidade

1 Desenvolvimento de análise da realidade à partir de uma abordagem sistêmica e holística;

2 Valorização, sistematização e socialização participativa de processos e práticas agroecológicas, valorizando os conhecimentos, as culturas populares e as suas formas de expressão;

3 Indissociabilidade entre extensão-ensino-pesquisa;

4 Relevância das pessoas, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico;

5 Conhecimento e práticas dos/as agricultores/as como questão central no currículo;

6 Leitura crítica da realidade e adoção de instrumentos metodológicos participativos;

10 Reflexão e promoção de processos de inovação participativos envolvendo estudantes e agricultores/as, que respeitem a racionalidade da produção camponesa;

11 Formação numa perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições;

12 Agricultores/as atuando como educadores/as em processos de formação, garantindo a troca e o diálogo de saberes;

13 Superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, vinculando o mundo do trabalho e a prática social;

15 Agroecossistema concebido como ferramenta para a construção do conhecimento;

16 Articulação entre a pesquisa, o trabalho, a cultura e a práxis.

Princípio da Transformação

1 Promoção de práticas emancipatórias, visando à autonomia e o protagonismo dos sujeitos na construção de relações sociais justas e solidárias e da consciência planetária;

2 Preparação de profissionais para atuar segundo os princípios da Economia solidária popular e ecológica, baseada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais;

3Prática pedagógica comprometida com a transformação social, visando formar profissionais que coloquem os seus conhecimentos a serviço das classes populares e da conservação da natureza;

4 Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo e nas cidades;

5 Processos educativos voltados para a compreensão, o fortalecimento e o empoderamento das coletividades que atuam na transformação da realidade agrária e agrícola do país;

8 Relações de ensino aprendizagem horizontais entre educandos/as-educadores/as, rompendo com a perspectiva bancária e alienadora de educação;

10 Formação referenciada na realidade, tomando a vivência das comunidades como conteúdos problematizadores para o processo de ensino aprendizagem.

A tabela 3 mostra a avaliação e os encaminhamentos de cada atividade, durante a construção do PDA.

Tabela 3 Avaliação e encaminhamentos das atividades da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Pequeno William.

AITIVDADES	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS
1ª	-A urgência do PDA para a autonomia e desenvolvimento do assentamento -Grande expectativa dos assentados, professores e alunos nesta atividade de diagnóstico.	- Os assentados se reunirão e formarão as equipes de trabalho para o Diagnóstico - Divulgação do cronograma de atividades das equipes de trabalho.
2ª	- Importância da experiência prática para relação ensino-aprendizagem em agroecologia; -Aprofundamento dos assentados no dos desafios e potenciais do assentamento.	- As atividades destes grupos deverão continuar para que a travessia possa ser realizada nas outras partes do assentamento dado ao tempo que foi curto.
3ª	- Os dados sócio econômicos já foram coletados pelos questionário sendo que ainda faltam 4 famílias para serem entrevistadas; - Estão faltando algumas complementações que serão realizadas pelo IFB	- Aplicar o questionário com as quatro famílias restantes. - Fazer o levantamento das histórias de vida dos assentados e da parte organizativa do assentamento.
4ª	- O trabalho que está sendo feito foi avaliado positivamente pelos assentados e com expectativas de que se possa regularizar o assentamento em menor prazo possível;	A comunidade do assentamento ficou de discutir melhor as propostas apresentadas pela EMATER; - Seguir o trabalho das equipes de diagnóstico.
5ª	-Riqueza de frutos do cerrado na área; - Água de boa qualidade mas em	Novo encontro para o reconhecimento dos recursos hídricos da parte baixa do assentamento;

	pouca quantidade na mina em algumas épocas do ano - Avaliação positiva da participação de estudantes de outras turmas na caminhada até a mina	- Seguir o trabalho das equipes de diagnóstico
6ª	-Todos avaliaram como positivo conhecer as histórias de vida relatadas, e uma das pré-assentadas afirmou a beleza e riqueza da construção e caminho de cada um	Seguir o trabalho das equipes de diagnóstico.
7ª	-O grupo de usos do solo considerou positiva a diversidade de solos encontrada na área. - O grupo da identificação da flora explicou o método de amostragem de área e relataram a presença freqüente de pau-santo, araticum, vassoura-de-bruxa, entre outras. Destacando a importância da diversidade de plantas e seus potenciais.	A necessidade do uso de um GPS para a demarcação precisa do limite da área do assentamento Vania irá entrar em contato com a Emater para solicitar o apoio. - Seguir o trabalho das equipes de diagnóstico
8ª	- Considerou-se a necessidade e ao mesmo tempo os desafios em se melhorar as condições de criação dos animais.	- Seguir o trabalho das equipes de diagnóstico
9ª	- Boa disponibilidade hídrica na cachoeira, é preciso verificar os processos de outorga e para o assentamento ; - Diálogo sobre as possíveis fontes de água como captação de água de chuva, mina d'agua, córrego do meio etc. -Muitos assentados ainda não conheciam a cachoeira	- Énecessário concluir os trabalhos das visitas e elaborar o relatório de atividades -Preparação para apresentação e discussão das informações no pré-assentamento. - Solicitar à Emater os mapas temáticos para apresentação no dia 18/12 quando será o encerramento das atividades de diagnóstico.

As atividades desenvolvidas no PW analisadas e avaliadas através dos princípios de Educação em Agroecologia e os processos educativos foram avaliadas como positivas e potencializadoras da autonomia e consequente soberania alimentar no Assentamento Pequeno William, podendo ser uma prática continuam dentro dos assentamentos para o empoderamento e o ensino aprendizagem integrativos entre assentados e estudantes.

Em análise geral, as práticas para a construção do PDA cumpriram seus objetivos de construção do documento de planejamento do assentamento com bases em princípios agroecológicos e cumprem os princípios da Educação em Agroecologia por meio dos Princípios da Vida, da Diversidade, do Complexo e da Transformação, começando pelas metodologias que são participativas e contribuíram para o ensino aprendizagem dos/as assentados/as, dos estudantes, técnicos, professores e no envolvimento dos jovens.

As metodologias utilizadas proporcionaram trocas de saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Proporcionaram também conhecer e problematizar o cotidiano e o território local. As metodologias foram potencializadoras para traçar metas e ações para transformação da realidade.

A construção do PDA contribuiu para que os assentados aprendessem sendo sujeitos dos seus próprios aprendizados, construindo o projeto do assentamento que lhes dará autonomia de ações.

Das potencialidades:

As potencialidades desse momento de construção do PDA e do que a disciplina vivência agropecuária em bases ecológicas se propõe são experiências práticas através dos grupos de trabalhos na relação de ensino aprendizagem em Agroecologia.

Aprofundamento dos assentados nos desafios e potenciais do assentamento e a conscientização e aprendizado em relação ao bioma e sua importância para manutenção da vida, garantia de água e bem estar coletivo gerando uma relação mais próxima com o bioma.

O fortalecimento da identidade coletiva, nos momentos de relatos históricos de cada um (a):

A contribuição para uma visão holística do território, desde a história de cada assentado, até o conhecimento sobre solos, insetos, fauna e flora do cerrado, recursos hídricos, conhecimento socioeconômico, Agroecologia, luta pela terra, acesso a programas do governo, a cultura local, os agroecossistemas, o bem estar animal e o reconhecimento do território ao redor do assentamento.

A construção do PDA contribuiu também para o conhecimento de alternativas agroecológicas de fossas sépticas, de banheiros ecológicos, da utilização da reserva da água da chuva.

A vivência, como disciplina e como pedagogia dialógica da realidade, cumpre o conceito de Agroecologia abordado por Altieri (2004), Caporal e Costabeber (2007) que dizem "a agroecologia como enfoque holístico, estratégia (ou abordagem) sistêmica, ação social coletiva (ou formas de organização comunitária), coevolução social e ecológica, controle das forças produtivas (modos de produção)".

As potencialidades da vivência estão relacionadas ao processo de transição agroecológica e a participação dos agricultores (as) na geração de tecnologias é de suma

importância. Por isso é necessária a formação de tecnólogos *sujeitos/as*, no reconhecimento da importância da construção dos saberes e do diálogo construindo e gerando Tecnologias Apropriadas em cada realidade do campo com base na Agroecologia.

A vivência no Curso de Agroecologia promove uma interdisciplinaridade entre as disciplinas e os professores, promove o diálogo entre as práticas de campo e a teoria, a partir da aproximação com a realidade, de campo dialogando com os princípios da Agroecologia e fortalecendo a indissociabilidade da extensão, pesquisa e ensino.

A disciplina vivência cumpre seu objetivo de ser interdisciplinar, pois atinge várias áreas do conhecimento, através de suas metodologias participativas, integradoras e holísticas. Os conhecimentos são variáveis tais como, produção agrícola, produção animal, visão de mundo e história de vida da comunidade, reconhecimento do território, problematização dos desafios propondo metas para ações e soluções.

Essas contribuições na elaboração de projetos e documentos necessários a comunidade, são importantes para a construção de um objetivo específico, nesse caso o PDA, mas a não continuidade no processo de transformação do assentamento através das trocas de conhecimento para o alcance de uma soberania alimentar, é o ponto fraco dessa construção.

O ponto fraco na disciplina vivência, é que em vários momentos cumpre finalidades pontuais, atividades específicas, mas não acompanha os resultados, não acompanha o cotidiano e as fases para compreensão dos processos. Não acompanha as dificuldades surgidas, os desafios, os problemas e a construção de práticas para a transformação dessa realidade, fugindo assim do que a vivência como prática inter e transdiciplinar se propõe, com a indissociabilidade da extensão, pesquisa e o ensino aprendizagem na sua continuidade.

Os projetos como o PDA, a disciplina vivência e as metodologias participativas aplicadas, contribuem para um ensino-aprendizagem participativo dentro das comunidades, através do empoderamento que é um estimulo para o alcance da autonomia para a realização de práticas produtivas, sociais e ambientais.

Mas por outro lado, para que sejam efetivas essas autonomias é necessário que exista continuidade no processo de transformação, pois as práticas e aprendizados podem ser esquecidos, pois é no dia-a-dia que vemos as dificuldade e que problematizamos a aprendizagem e percebemos o que aprendemos e o que não aprendemos, para nos sentirmos empoderados/as e multiplicadores de conhecimentos e tecnologias apropriadas.

A continuidade das vivências se limita, na falta de planejamento muitas vezes, mas, sobretudo na estrutura da grade curricular do Curso de Agroecologia do IFB, que é fechada e não havendo flexibilidade para o acompanhamento de processos nas comunidades. Não podendo ter um diálogo efetivo entre a instituição e as comunidades.

Outra limitação é o corpo docente do curso de agroecologia, pois uma maioria não está aberta para transformações pedagógicas e desconstrução de paradigmas, impedindo o processo de mudanças estruturais.

Outro fator limitante é a instituição de ensino, no caso IFB e o seu papel quanto a essas Práticas Político Pedagógicas. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional o papel e a missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão, mas no que tange a extensão com a Pedagogia da Alternância proposta pela matéria vivência, a missão fica limitada, pois sempre tem problemas com o deslocamento dos estudantes, pois segundo a instituição os ônibus estão estragados ou não tem ônibus para tal atividade.

A instituição, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), porta em seus objetivos a importância de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

Outro objetivo importante da Instituição e que dialoga com propostas de ensino aprendizagem em alternância é:

> X. incentivar o desenvolvimento de políticas pedagógicas capazes de promover a integração entre o conhecimento propedêutico e o técnico, possibilitando a formação de cidadãos e cidadãs com consciência crítica efetivamente para a formação da cidadania. (PDI, p. 14).

O papel da Instituição é facilitar o ensino, pesquisa e extensão independente da pedagogia utilizada e para isso se faz necessário que ela esteja aberta para a possibilidade de outras formas de pedagogia e fortaleça as práticas, para potencializar o ensino, pesquisa e extensão.

Como superar esses limites encontrados na atuação continuada da matéria vivência, e na atuação integral dos princípios da Educação em Agroecologia, sendo que a maioria dos docentes e a instituição estão fechadas a uma nova abordagem da educação?

A resposta é buscada por alguns estudantes e professores que compreendem a Educação da Agroecologia como holística, sistêmica e com base prática na vivência.

Várias experiências entre estudantes e professores foram feitas durante os cinco anos de existência do curso, entre elas tentativas de fazer alternância durante os semestres que tem

a matéria de vivência, como tentativa de integrar as matérias e os professores e contribuir para um ensino-aprendizagem real, integrativo e complexo dos estudantes para com as comunidades.

Os estudantes vêm promovendo debates, grupos de trabalhos para avaliar o curso e as mudanças necessárias para encontrar a melhor pedagogia que corresponda aos princípios da educação agroecológica, tentando dentro das resistências, mostrar que é possível construir outra maneira de ensinar, de se relacionar e de aprender.

O ensino em Agroecologia é muito limitado com as grades, já que a educação em agroecologia propõe visão holística das realidades e propõe a integração entre as matérias, para a construção de um conhecimento completo e complexo.

Dentre as experiências durante o curso, uma se destacou como proposta mais complexa e completa, que foi durante o segundo semestre de 2013 onde alguns estudantes junto com professores e o precursor da Pedagogia da Escola da Ponte José Pacheco[1], propuseram à turma do 4º semestre do curso de Agroecologia a intervenção pedagógica em algumas escolas do campo.

A proposta incluía a integração das matérias suinocultura, olericultura, extensão rural, vivência 4, irrigação e silvicultura, a partir da pedagogia da alternância, adaptada à realidade atual do curso.

Na experiência com a pedagogia da alternância, percebeu-se uma contribuição efetiva para Educação em Agroecologia, já que essa pedagogia se objetiva na integração da teoria e a prática.

O ensino em Agroecologia necessita de outro tempo de aprendizado, não o tempo de um turno ou de muitas disciplinas no dia, mas um tempo para dialogar temas com a comunidade, para geração de pesquisa e garantir a importância da instituição com o aparato estrutural para elaboração da pesquisa, promovendo assim o ensino-aprendizagem nas comunidades e na própria escola, pois o conhecimento é dialógico e precisa de um tempo comunidade, de um tempo escola dialogado com o conhecimento entre professores, estudantes e agricultores, construindo o ensino-aprendizagem e potencializando a autonomia e soberania dos sujeitos do campo.

---

[1] José Pacheco e a Escola da Ponte em Portugal, uma experiência de escola pública e gratuita, autogestionada por estudantes e professores. Experiência libertária que rompeu paradigmas e contribui como referência para outras experiências.

6. CONCLUSÃO

Como o "desenvolvimento teórico deve buscar a realidade empírica, o desenvolvimento teórico deve buscar o concreto pensado, que supõe a relação dialética entre pensamento e realidade "(CALDART, 2014, p.162 e 163).

A disciplina vivência através de sua Pedagogia de Alternância potencializa o conhecimento através da indissociabilidade da extensão, pesquisa e ensino e ainda corrobora para uma transformação de práticas agroecológicas e contribui para produção de subsistências sustentáveis potencializando a soberania alimentar e autonomia dos agricultores em relação à independência dos recursos externos e apropriação de tecnologias apropriadas.

A potencialidade das metodologias aplicadas para o ensino-aprendizagem durante as práticas de vivência corroboram para autonomia do conhecimento, o empoderamento do agricultor em relação às várias alternativas de produção, o reconhecimento de seus saberes e o estímulo de colocar em prática conhecimento antes rejeitados devido à ideia reducionista da agricultura tecnológica convencional.

Como destaca um tecnólogo de agroecologia e assentado do Pequeno William *"O conhecimento é importante para saber o que fazer e como fazer"*.

A disciplina vivência agropecuária em bases ecológicas cumpre seu objetivo de ser interdisciplinar e de seguir alguns princípios da Educação em Agroecologia, pois atinge várias áreas do conhecimento, por meio de suas metodologias participativas, integradoras e holísticas. Os conhecimentos são variáveis, tais como produção agrícola, produção animal, visão de mundo e história de vida da comunidade, reconhecimento do território, problematização dos desafios propondo metas para ações e soluções.

A contribuição da disciplina vivência a partir do conhecimento mediador entre agricultores e estudantes potencializa as trocas de saberes e favorece a práxis para autonomia.

Contudo, foi concluído por meio das análises de estudos de casos e das avaliações da construção do PDA e pelos princípios da Educação em Agroecologia que as vivências contribuem para o conhecimento coletivo dos agricultores e estudantes, estimulando e potencializando a práxis, a construção do desenvolvimento de Tecnologia Apropriada, o aprimoramento de planejamento e transformação dos agroecossistemas, contribuindo para os

processos autônomos da Agricultura Familiar no âmbito da Reforma Agrária e o alcance da soberania alimentar.

Para que essa prática e pedagogia sejam efetivas e apropriadas, conclui-se também que é necessário acompanhar o processo das transformações na realidade vivenciada, pois é no cotidiano que compreendemos os desafios e aprendemos a solucioná-los através de metas e objetivos traçados.

Com isso, para que sejam efetivas as vivências e a Educação em Agroecologia do IFB, para potencializar autonomia e soberania alimentar no campo com os assentados, numa troca de saberes constantes, problematizando desafios e traçando metas faz-se necessário acompanhar processos dessa realidade e só será efetiva se essa alternância percebida e experimentada na disciplina de vivência dialogar com a mudança da abordagem da Educação em Agroecologia no IFB, ou seja, é necessário que haja uma mudança estrutural para que seja integral a vivência e o conhecimento da práxis, através da Pedagogia da Alternância.

Concluindo, as atividades realizadas foram bem avaliadas quanto à aproximação com os princípios de Agroecologia, potencializando assim o protagonismo dos sujeitos do campo e os processos de autonomia e soberania alimentar, contudo verificou-se a necessidade da disciplina vivência contribuir com tempo maior na comunidade e com uma comunicação através da integração dos professores e estudantes no tempo escola, vivenciando o tempo dos processos de aprendizagem coletiva na transformação da realidade agrária e agrícola, através da Pedagogia da Alternância Integrativa, como nova pedagogia orientadora do Curso de Agroecologia do IFB.

7. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Cap. Agroecologia: objetivos e conceitos, p.23.

ANCA. Associação Nacional de Cooperação Agrícola. **Plantar, colher, comer:** o caminho da segurança alimentar. MDS/ANCA/115/2005 "Convivendo com qualidade de vida no cerrado e semi-árido". Brasília-DF, dezembro de 2007.

ARAUJO, E. **Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento.** Erradicação da Miséria. 28 de outubro de 2013. Entrevista para o Eixo Erradicação da Miséria Concedida à: Renata Olivieri. Editada por: Eliane Araujo.
Fonte :http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/. Acesso em 03/05/2015.

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. In:-------. Educação do Campo. 2012.

CALDART, R. S. & ALENTEJANO, P. (orgs.). **MST, universidade e pesquisa.**—1.ed.— Sao Paulo : Expressão Popular, 2014. 264p.

----------CARVALHO, H. M. de. **As lutas sociais no campo :** modelos de produção em confronto.

----------FRIGOTTO, G. **A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social.**

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia:** matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília- DF, abr. 2006.

CARO, P. **Soberania Alimentar:** contribuições para um debate sobre alternativas de desenvolvimento e direitos das mulheres. 20 de agosto de 2010.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do Estudo de Caso ou Método do Caso?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. *s.d.* (sem data).

IFB/EMATER. **Diagnóstico Sócio Ambiental da Comunidade Pequeno William**. 2013.

GUADAGNIN, C. M. Ide *et al.* **A economia da alimentação para o autoconsumo**. 07/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2009. **Censo agropec.**, Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. Disponivel em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_200

6/familia_censoagro2006.pdf

BRASIL. LEI Nº 8.629. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Presidência da República/ Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 de fevereiro de 1993.

MEC: Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Grupo Permanente: Trabalho de Educação do Campo. Caderno de Subsídios. Brasília, outubro, 2003.

MIRALHA, W. **A Organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes - SP** / Wagner Miralha. – Presidente Prudente: [s.n.]. 199 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol. 2006.

MOLINA, M. C.. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, M. C. In: -------. **Educação do Campo e pesquisa:** questões para reflexão. 2006.

NETO, L. B. **Educação do campo ou educação no campo?** UFSCar. Agência financiadora: FAPESP. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010.

PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília *campus* Planaltina. 2011.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental:** seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. PR. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária:** um diálogo com Paulo Freire. sd.(sem data).

SILVA, V. de P. B. Da. **A formação de valores cooperativos e as transformações nas práticas educativas:** um estudo de caso de educando da licenciatura em educação do campo da UnB, no assentamento Itaúna - GO.Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em educação. Brasília. 2012.

I SNEA. **I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia:** construindo princípios e diretrizes. Orgs. Maria Virginia de Almeida Aguiar/NAC (Núcleo de Agroecologia e Campesinato) - UFRPE *et al.* Mônica Cox de Britto Pereira/LECgeo - UFPE.Recife/PE, julho 2013.

STEDILE, J. P. & CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar :** uma necessidade dos povos. Extraído de Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma história Brasileira. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, 3 vol., vol. 3 pp. 144 a 156. 2010. Disponivel em :http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos artigos/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile. Acesso á 17/05/2015.

TELÓ, F. & DAVID, C. De. **Agricultura familiar e campesinato na perspectiva de Maria Nazareth Wanderley:** o caso dos avicultores no município de Anta Gorda/RS. XXI Encontro Nacional de geografia agrária "territórios em disputa, Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". Uberlândia-MG, 2012.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual da Anpocs. GT. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out. 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos / Robert K. Yin. 1994; trad. Daniel Grassi - 2. ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

REFERÊNCIAS (utilizadas e não citadas):

CALDART, R. S. **Reforma agrária popular e pesquisa : desafios de conteúdo e forma de produção científica.**

CALDART, R. S. In :**Declaração do Encontro Nacional Unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das aguas e das florestas.** Por terra, Territorio e Dignidade ! p.230.

------. **A escoa do campo em movimento.** Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Brasil. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

------. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CASADO, B. *et al.* **Escolas Livres de Formação**. Caderno da Reforma Agrária-UNB "Matrizes Produtivas da Vida no Campo". N° 1. 2014.

CASADO, B. *et al.* In:-----. **Curso de Residência Agrária** – UnB, p.8. 2014.

GUSMÁN, E. S. **Perspectiva sociológica em Agroecologia:** uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

KRONE, E. E. **As dimensões culturais da segurança alimentar:** um estudo realizado entre famílias rurais gaúchas assentadas. Monografia de especialização. Santa Maria, RS, Brasil, 2011.

KRONE, E. E. & MENASCHE, R. GT 12 – **Soberania e Segurança Alimentar Comida e trabalho**: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP/por Miguel Expósito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos.- Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

ANEXOS

1. SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS ESTUDANTES DE AGROECOLOGIA NAS VIVÊNCIAS:

(Matéria vivência dialogando com todas as outras matérias, para uma extensão universitária).

ESTUDO DE CASO DA DISCIPLICA VIVÊNCIA NO PEQUENO WILLIAM

Turmas STA4, STA6 participaram efetivamente da construção do PDA Projeto de Desenvolvimento do Assentamento)

Construção do PDA no Assentamento Pequeno William no ano de 2012

Construção coletiva do PDA com assentados, estudantes e professores do IFB do curso de Agroecologia, técnicos da Emater. Foram realizados vários encontros de outubro a dezembro de 2012.

Foram divididos grupos de trabalho, nas seguintes temáticas:

-solo

-flora

-social

-agroecossistema

-levantamento animal

-recursos hídricos

-entomofauna

Metodologia principal utilizada: DRP (Diagnóstico Rural Participativo)

Segundo o guia prático do DRP (2007):

São necessários 4 princípios básicos do diagnóstico rural participativo para obter os seguintes objetivos:

1. Respeitar a sabedoria e a cultura do grupo
2. Analisar e entender as diferentes percepções
3. Escutar todos/as da comunidade
4. Ter a visualização das necessidades e preocupações

Observações:

Alguns assentados recebem ajuda de programas como bolsa família, sem "miséria" e "vulnerabilidade".

Os vários encontros eram realizadas as atividades propostas para o dia e no final a avaliação das atividades.

Importância desse momento para conhecimento do território e do terreno vinculados com o contexto histórico das vidas e lutas individuais de cada assentado.

Essa construção do conhecimento através de uma demanda que é o PDA, potencializa sujeitos críticos do campo.

A importância de planejamento para praticar as ações estabelecidas

"O conhecimento é importante para saber o que fazer e como fazer" (fala do assentado e estudante de agoecologia Acácio)

-a importância da mística como propositiva de uma ação coletiva e para compreensão da realidade local;

-vontade dos assentados em fazer um assentamento agroecológico e o favorecimento para essa concretude pela aproximação com o curso de agroecologia do IFB-Planaltina

Propostas para o desenvolvimento do assentamento 2012:

-horta comunitária irrigada por gotejamento

-apicultura

-Tanque lonado

-viveiro

-galpão para artesanato

-estufa

-micro trator

-correção do solo, com utilização de calcário

Atividades realizadas durante a construção do PDA:

Metodologias: diagnóstico da trajetória de vida dos assentados

Aprendizado coletivo

-coleta de semente das árvores nativas, e reconhecimentos das mesmas;

-projeto da estudante Camila Mesquita com as crianças do assentamento, utilizando a metodologia do DRP, de desenhar mapa para o reconhecimento do seu local e fotografias a partir do olhar da realidade das crianças;

-RVA (Relatório de Viabilidade Ambiental)

PROBLEMÁTICAS:

-infra estrutura por falta de conhecimento

Assentamento Pequeno William Pós- PDA 2013

1ª visita: Metodologia utilizada: DRP observação e travessia

Atividades realizadas:

-PAIS (Programa de Agricultura Integrada e Sustentável), executada pela comunidade e a Emater em 2012, com recurso da Fundação Banco do Brasil para compra de algumas infra-estruturas

-O assentamento começou a tirar renda do PAIS pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo (PAA);

-venda dos alimentos na feira de Planaltina

Culturas cultivadas: milho, mandioca, feijão, arroz, cana-de açúcar, bananas, maxixe, coentro, cebolinha, batata, beterraba, salsa, árvores frutíferas, abóbora, entre outras.

OBSERVAÇÕES: trabalho coletivo tem funcionado, mas devido a divergências de alguns assentados, verificou-se a necessidade de dinâmicas e conscientização da força coletiva no processo de produção e construção de um assentamento produtivo e sustentável.

Continuação da matéria vivência, afim de oferecer conhecimentos técnicos apropriados e melhorar a produtividade

Potencial tem aumentado, são 5 hortas para cada 5 famílias

Plantios tantos nas parcelas individuais de cada família quanto plantios na área coletiva

PRECISA-SE

Criar diagnóstico da produção para ações futuras

Organizar e planejar ações coletivas

PROBLEMAS ENCONTRADOS:

-presença de insetos pragas nas hortas, como:

Vaquinhas e mosca branca

-mofo branco

-problema na comunicação entre os assentados

TECNOLOGIAS UTILIZADAS:

Biofertilizantes

Quebra vento

Consórcio entre culturas

Rotação de cultura

Adubação verde

Tecnologias tradicionais e culturais

2ª visita 2013

Realização de oficinas através das demandas dos agricultores, tais como:

-compostagem

-consorciamento de plantas e controle biológico

-plantio de SAF

-foi feita uma apostila sobre consórcio de cultura

Experiência dos assentados com o consorciamento de feijão andu e quiabo.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

-os técnicos dos órgãos de extensão rural não realizam o DRP

-os órgãos como Emater levam pacotes tecnológicos sem se preocupar com as necessidade da realidade local

-entregam cama de frango para confecção do composto, mas não contribuem para autonomia da comunidade, utilizando-se do que tem na propriedade e as tecnologias apropriadas

-os técnicos fizeram análise do solo, mas nunca entregaram os resultados para a comunidade

- os órgãos levam muito informação e fica difícil colocar tudo em prática

- o PAIS não foi feito em comum acordo entre os agricultores

DIFICULDADES ENCONTRADAS E RELATADAS PELOS AGRICULTORES

- Dificuldade em conseguir matéria prima para compostagem (pois o esterco é comprado e a cama de frango é oferecida pela Emater), gerando dependência dos recursos
- Dificuldades de absorver os conhecimentos comportilhados nas oficinas devido, a longa duração da parte teórica, o que desmotiva os agricultores;
- Dificuldade lembrarem de todas as oficinas, colocam a importância de disponibilizar cartilhas pedagógicas sobre as oficinas
- Importância de oficinas sobre irrigação
- Reservas de recursos e investimento
- Falta de água na seca e problemas para reservar a água
- A importância de um banco de sementes
- Diversificação dos trabalhos de artesanato, sugestão para pesquisas sobre trabalhos e modelos diferenciados;
- Tempo: processo de desenvolvimento é intensa
- Conhecimento limitado
- Limitação na autonomia das ações e apropriações de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas
- Assistência técnica deficitária
- Consumo excessivo de energia elétrica por causa da utilização do PAIS
- Nem todos os agricultores e agricultoras são alfabetizados (as)
- A comunidade não se beneficia da tecnologia social PAIS, para suprir necessidades mínimas de alimentação da família, sendo condicionada à compra
- Oficinas mais interativas, com metodologias participativas

DESAFIOS:

-Organização coletiva e cooperação de trabalho em grupo

-aprendizagem coletiva

Importante destacar:

"vale lembrar que a demanda do conhecimento é muito amplo e diverso, o que exige um desdobramento em termos de pesquisa por parte do técnico que se depara com desafios das diversas áreas da ciência, não apenas em termos de tecnologia de práticas agrícolas, mas também sociais, ambientais e culturais" (estudante Selma Rosalina,2013).

- *"Parece-me que as relações de cooperação fundamentadas no MST tem sido abaladas, talvez pelo grande período (anos) de acampamentos descolado pelo financiamento de tecnologias sociais, pela morosidade dos serviços públicos, ou pela soma desses fatores (relato da estudante Fabiane Prado,2013)."*

No momento do plantio do SAF, a maioria dos assentados ficou observando, enquanto os estudantes faziam tudo, talvez por uma euforia da prática os estudantes acabaram atropelando esse processo de interação coletiva. É importante a prática para ambos e para o agricultor e para qualquer processo de aprendizagem é preciso fazer para aprender de fato e para autonomia da realização de outros SAF's (relato da estudante Lídia Esídio Makyana).

Produção para subsistência colaborando com a autonomia e a soberania alimentar, devido a diversidade de cultivo e empoderamento do conhecimento sobre tecnologias apropriadas.

IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS:

-Tempo comunidade/extensão/vivência, são imprescindíveis para potencializar o conhecimento e a troca de saberes entre estudantes e agricultores;

-criticar a relação atual e convencional de extensão rural e extensão universitária

-despertar o interesse dos estudantes e dos agricultores juntos no processo de produção do conhecimento, de forma sustentável, de longa duração para ser efetiva o processo de troca de saberes e a práxis no campo da realidade

- a independência do saber, a necessidade de buscar informações e práticas

-importante conhecer a rotina da comunidade para um melhor dialogo entre o instituto e a comunidade, para assim dialogar com as problemáticas para realizar ações coletivas

-importância da matéria vivência como trabalho prático. Dialogar com os agricultores, dialogar e encontrar ações conjuntas para a realidade da comunidade;

-importante troca de saberes entre comunidades diferentes, para o alcance de autonomias;

-ser um espaço para que os jovens se interessem e participem do processo dos trabalhos desenvolvidos;

Metodologias utilizadas no diagnóstico das vivências realizadas tanto na construção do PDA no Pequeno William, quanto na observação de leituras dos documentos de outras vivências:

- Travessia
- Mapa
- Observação
- Ilustração através de cartaz
- Entrevistas semi estruturadas
- Árvores dos problemas
- Troca de saberes (de como está a produção do que precisa melhorar, dos conhecimentos compartilhados)
- Vídeos expositivos com experiências de outros agricultores, ferramenta motivadora

Análise das atividades do Pequeno William no ano de 2014

Foram feitas visitas com os estudantes de agroecologia, com o objetivo de: identificar os fatores econômico, social, ambiental e cultural que fazem parte da comunidade desde o início do processo de ocupação de terras no local.

Observação:

-foi colhido o arroz

-utilização de leguminosas para a recuperação do solo

-espécies arbustivas e frutíferas em crescimento

-criação de aves: galinhas e cocás, na antiga cascalheira

-18 hectares da área está ocupada por capim brachiaria

-grave compactação do solo

-dificuldade de reverter a degradação do solo
-preocupação com pragas agrícolas
-confecção de artesanato de fibras e flores do cerrado
-consciência da preservação e manutenção do bioma cerrado
-utilização das frutas do cerrado para sorvetes e sucos, mas com pouco estudo e práticas no beneficiamento

RELATOS:

"A conquista da terra não garante tudo o que os trabalhadores rurais anseiam, sendo que diversas outras lutas ainda precisam ser enfrentadas para garantir a manutenção dos assentamentos, como o acesso às necessidades básicas pessoal (saúde, transporte, moradia,educação) e a infra estrutura produtiva (terras férteis, apoio à comercialização, assistência técnica voltada à realidade local). Com a consolidação da posse da terra, é necessária a busca por condições econômicas e sociais favoráveis à manutenção do trabalhador na terra, embora haja acompanhamento no local o processo é lento e burocrático (estudante Selma Rosalina, 2014)".

É necessário investimentos em políticas públicas diferenciadas e voltadas a assentamentos da reforma agrária, com a finalidade de não serem apenas ações tecnicistas, mas também instrumentos destinados a tornar os trabalhadores rurais agentes do processo de decisão e transformação de suas vidas (estudante Selma Rosalina, 2014)".

"Como aprendizado, podemos relembrar os apontamentos de CAPORAL, que alerta sobre a necessidade de buscar novas metodologias que envolva a comunidade e tenha como base a complexidade dos diversos fatores, como também a implantação de políticas públicas e iniciativas privadas que apoiem o desenvolvimento rural comprometido com a "Educação Libertadora", que resgate a cidadania daqueles setores que ficaram a margem do processo de crescimento econômico no curso da história. Um trabalho que coloca o homem do campo como agente participativo e construtor do processo de transformação, desde que tenha uma assistência de suporte e educação que promova a sua própria autonomia e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais na subsistência humana (Selma Rosalina, 2013)".

DIFICULDADES:

- Não possuir veículo apropriado para transportar a produção
- Não há garantia de venda de toda produção (CSA)
- O governo parou com o sistema de comprar dos legumes e verduras devido ao excesso de estoque, com isso os agricultores ficaram prejudicados quanto a comercialização
- Problema com o acesso a água
- Não há sistema sanitário apropriado.

2. OUTRAS VIVÊNCIAS EM OUTROS ESPAÇOS E OUTRAS COMUNIDADES:

Os problemas identificados no Pequeno William foram os mesmo relatados pela vivência na Comunidade Riacho Morto-MG pelos estudantes (Dhyego Fonseca, Eliete Bedin, Ítalo Cruz, Josemar Oliveira), as vivências tiveram um processo continuo de ações e intervenções em sala de aula e na comunidade. Começada em 2012 e continuada até o ano de 2014.

Relatos e organização da vivência na comunidade Riacho Morto:

Tentativas dentro do curso de pedagogias de alternância, acompanhando todo o processo do curso e da comunidade.

- Integrações de matérias
- Metodologia: DRP para auxiliar no desenvolvimento da comunidade em suas práticas agrícolas e o planejamento e execução em conjunto: estudantes, agricultores e professores.

Tempo comunidade previsto em 4 visitas de uma semana cada.
-Importância do tempo comunidade além de colocar em prática o que aprendemos no tempo escola, conhecemos a realidade dos agricultores da comunidade Riacho Morto.
Avaliação: vivência proporciona busca para o conhecimento em agroecologia.
-estudantes passam a fazer a integração das matérias e entende a interdisciplinaridade e transdiciplinaridade.

Comunidade apresenta 100% das hortas para autoconsumo e para comercialização a atividade é pecuária na venda do leite.

Insetos pragas presentes nas hortas, são as mesmas da comunidade do Pequeno William:
Mosca branca, carrapatos e cupim.

Em outras vivências de 2014 como no assentamento Oziel Alves começaram a realização de diagnósticos de IDCR (Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural).

"a vivência é uma atividade muito importante para nós estudantes e futuros profissionais, você se depara com a realidade, enfrenta problemas, busca soluções. É um processo de aprendizado constante. Nos possibilita trabalhar em equipe, resolver problemas multidisciplinares, transmitir conhecimento e acima de tudo aprender muito. (Diário coletivo da vivência agroecológica na Escola Pedra Fundamental, 2014).

SISTEMATIZAÇÃO DO RELATÓRIO DOS PROFESSORES DA AGROECOLOGIA DO IFB DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PDA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM

Atividades realizadas no Pequeno William na construção do PDA

Metodologia utilizada foi o DRPA (Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas).

Foram construídos grupos temáticos e a partir disso visitas de campo, reuniões e discussões.

Dentre os envolvidos na construção do PDA estão os próprios agricultores/assentados, professores do IFB do curso de agroecologia e a Emater-DF.

Foram realizados 10 encontros durante o segundo semestre de 2012.

Método DRPA possibilitou a construção coletiva do conhecimento do espaço do acampamento, dos acampados que ali habitam e suas expectativas.

Das metodologias foram usadas:

1. Caminhadas transversais
2. Construção de mapas da trajetória de vida
3. Visitas ao cerrado para o reconhecimento do bioma
4. Caminhas de observação dos recursos hídricos e solos
5. Mapa falante
6. Entrevistas e questionários

Ao final das atividades as sínteses e a socialização das mesmas, e os resultados dos diagnósticos eram debatidos.

- Essa metodologias cumpriu a função do diálogo de saberes entre conhecimentos tradicionais e científicos.
- Conhecer e problematizar o meio em que vive é importante para a potencialidade dos assentados traçar metas e objetivos a partir de suas realidades
- A metodologia cumpri o papel da participação massiva da comunidade de homens, mulheres, jovens e crianças.

Diagnóstico do meio sócio-econômico-cultural:

Assentamento da luta pela terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Família organizada desde 2004. Já passaram por vários fazendas, quando em 2010 ocuparam a área que hoje é o assentamento.

Ao longo da trajetória o acampamento chegou a ter 120 famílias que desistiram pelas dificuldades da luta ou foram ocupar outras áreas e atualmente o assentamento conta com 21 famílias, pois foi o número permitido pelos órgãos ambientais para ocupar a área, pois mais do que esse numero de famílias o espaço não comportava.

Dificuldades encontradas pelos assentados foram: o abastecimento de água potável, estrutura de moradia e a permanência das famílias no acampamento que sempre se depararam com a dificuldade da auto sustentação.

A proposta central do assentamento é que seja com base na agroecologia, isso segundo os próprios assentados relataram em entrevistas. Com base nos princípios e conceito desde a divisão dos lotes a organização do assentamento.

Pelos resultados dos estudos 80% do assentados nasceram e trabalham em área rural, alguns como sitiantes e outros como trabalhadores assalariados, mas cerca de 5 assentados são filhos de famílias de pescadores e um de origem quilombola.

Cerca de 44% são de origem nordestina, 31% dos Estados de Minas Gerais, 19% do Estado de Goias e 6% do Paraná, com essa diversidade de cultura e de formas de lidar com a natureza e com a agricultura, são questões que deverão ser levadas em conta na organização e desenvolvimento do assentamento.

População e Organização Social

A organização na comunidade tem garantido a participação de todos da comunidade.

Atualmente a comunidade se organiza em setores, são eles: produção, saúde, educação, cultura/esporte, finanças e formação. Cada setor é composto por uma pessoa de cada família. A coordenação geral é composta por um casal representante da comunidade juntamente com os coordenadores dos setores.

Além das coordenações, existe uma equipe de negociação e articulação, que envolve alguns assentados, representantes do acampamentos e alguns coordenadores.

Busca-se envolver mulheres, homens e jovens nos processos organizativos, identifica-se muitas mulheres assumindo tarefas organizativas.

Desde 2009 o setor de formação do MST dialoga com o assentamento no intuito de contribuir com o processo de organização e desenvolvimento do assentamento. Propondo que os assentados formem grupos de afinidades entre as pessoas para produção, levando em

considerando os princípios da agroecologia. O objetivo desse setor de formação é também que os assentados compreendam a luta pela terra, buscando a organização da vida comunitária.

Todas as propostas que chegam no assentamento são avaliadas por todos/as, desde 2012 eles estão associados á Associação Comunitária Esperança, uma associação que representa o assentamento.

Os trabalhos produtivos são atualmente: coletivo do cultivo de mandioca onde participam 12 famílias que a plantaram nesta safra 4 hectares de mandioca; 5 PAIS onde 20 famílias estão inseridas; grupo coletivo da criação de galinhas com 5 famílias e o grupo de Artesanato das Mulheres que trabalham com fibras de bananeira e produtos do cerrado com 10 mulheres (famílias).

O grupo de artesanato de mulheres não fazem parte formalmente de nenhuma associação, mas informalmente tem parcerias com a EMATER, IFB e MILTIFIBRAS (associação de artesãs de fibras do Distrito Federal) que oferece espaço nas feiras e exposições.

Os jovens não tem uma organização própria, mas as atividades que desenvolvem juntos estão sempre vinculadas ao esporte.

SOLOS:

De acordo com o mapa Pedológico do Distrito Federal (EMATER-DF, 2011, RVA) as classes de solos existentes no Projeto de Assentamento Pequeno Wilian são os Latossolos e Cambissolos sendo que os Latossolos são aqueles que ocupam uma área significativa. Dentro desta classe existem duas subordens o Latossolo Vermelho-Amarelo e o Latossolo Vermelho-Escuro, este com maior expressão geográfica no assentamento.

Latossolos possuem reserva em nutrientes, reduzidas, mas bem manejado é produtivo.

A prevalência de solos de coloração avermelhadas, a avermelhadas escura no assentamento. Textura: uniforme, média a muito argilosa.Devido a presença de agregados em sua estrutura, o que deixa o solo poroso, proporcionando alta permeabilidade, mesmo sendo argiloso.

Bastante suscetíveis a erosão. Por serem solos muito intemperizados, são solos ácidos, devido à lixiviação. Elevado teor de alumínio. O Que podem ser revertidas por meio de calagem e pela aplicação de adubos orgânicos e pela adubação verde e um manejo adequado do solo. Solo aplainado.

Os Latossolos podem ser cultivados com culturas anuais, culturas perenes, pastagens, reflorestamento, sistema agroflorestais e com sistemas agrosilvopastoris. Obviamente parte da área dos Latossolos deve ser mantida como reserva para proteção da biodiversidade.

Um parcela pequena do assentamento é formada por Cambissolos.

São solos pouco profundos, apresenta teores significativos de minerais primários, cambissolos ocorrem áreas mais elevadas.

RECURSOS HÍDRICOS:

Água é um fator limitante dentro do assentamento, pois não existe nenhum manancial superficial dentro da área.

O assentamento encontra-se dentro da Bacia do Rio São Bartolomeu, e faz parte de duas sub-bacias, a de Sobradinho e a do Mestre D'Armas.

Não há recursos de água perene, com rios, córregos ou nascentes.

Sendo, utilizada apenas águas subterrâneas através de 2 cisternas, uma com cerca de 2m de profundidade e outra com 1,5 de profundidade. Essas águas estão sendo usadas apenas para sustento humano.

Para as atividades agrícolas, será necessária a utilização de outras fonte de água, como águas subterrâneas mais profundas, provenientes de aquíferos confinados.

Antes da instalação do acampamento no espaço, existia um canal, construído pelo IFB, que cortava um pedaço da área em questão, o qual foi desviado. Porém, este recurso poderia ser mais uma solução para o abastecimento de água do assentamento, desde que o IFB entre em acordo. Ressalta-se que para a utilização de todas as fontes de recursos hídricos citadas aqui é necessário a outorga de uso de recursos hídricos junto à ADASA."